

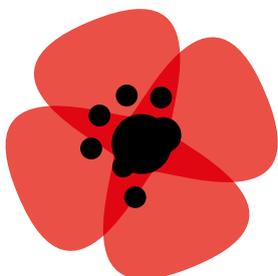
#ChooseCourage

ELEIÇÕES
EUROPEIAS
2024

por uma EUROPA

UNIDA E LIVRE

Programa do LIVRE às eleições europeias de 2024



LIVRE



Member of the
European Greens

Por uma Europa unida e LIVRE

O LIVRE defende uma União Europeia (UE) progressista que dá novamente coragem a um projeto de integração Europeu e que derruba barreiras, apelando sempre aos valores que nos movem: **a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Humanos**.

Estes valores consagram-se na **Liberdade, Igualdade e Ecologia**, as três frentes que propomos revolucionar de forma a que a UE não se cristalice apenas na urgência do momento presente, mas que construa o futuro que ambiciona: um futuro sustentável, justo, solidário e progressista.

Construiremos uma UE mais **democrática e representativa**, em que defendemos a transparência dos processos, a proximidade aos eleitores, a defesa dos denunciantes e lutamos pela inclusão das vozes jovens, da sociedade civil, da academia e da ciência no processo de tomada de decisão.

Construiremos uma UE mais **livre e aberta**, na qual as liberdades consagradas na Carta dos Direitos Fundamentais e na Convenção dos Direitos Humanos capacitam a emancipação de cada um. Todas as pessoas, independentemente da sua origem, convicções ou história de vida, devem ter condições de atingir o seu potencial pleno; devem ter a escolha de viver numa Europa descolonizada que as acolhe, integra e inclui, reparando as mágoas do passado.

Construiremos uma UE mais **igual e feminista**, onde os Direitos Fundamentais são consagrados e a igualdade de género é uma condição *sine qua non*; onde a violência de género é crime; onde a comunidade LGBTQIA+ e os direitos de minorias étnicas, religiosas e outras são defendidos; onde pessoas com deficiência ou necessidades especiais têm acesso aos serviços de que necessitam, e tanto as pessoas mais jovens como as mais idosas beneficiam de oportunidades de trabalho, educação, saúde e de vida digna.

Construiremos uma UE mais **verde e sustentável**, com a criação de um novo Pacto Verde e Social, que nos prepare para o futuro, que nos permita atingir os compromissos que alavancamos no Acordo de Paris, e que nos permita defender a biodiversidade, o ambiente e lutar contra a crise climática, defendendo assim a qualidade de vida das gerações presentes e vindouras, e do planeta que tanto estimamos.

É este o projeto que o LIVRE apresenta à União Europeia. Um projeto de Futuro, que se constrói agora. Uma dedicação profunda a defender o que já foi conquistado e a trabalhar para a resolução dos problemas urgentes dos nossos dias, de forma a dar a todos – os Europeus e a quem escolhe a Europa para viver – uma vida justa, segura e livre.

Ninguém nasce demasiado pequeno que não possa sonhar em grande.

Índice

A. Democracia	4
B. Desenvolvimento Ecológico, Cooperativo e Solidário	13
C. Igualdade e Justiça Social	18
D. Trabalho, Rendimento, Tempo e Proteção Social	27
E. Natureza, Clima e Transição Verde	32
F. Agricultura e Pescas	45
G. Política Externa	52
H. Migração e Asilo	58
I. União Económica e Monetária	66
J. Justiça Fiscal e Financeira	71
K. Coesão Territorial, Transportes e Mobilidade	75
L. Educação e Juventude	80
M. Conhecimento, Ciência e Ensino Superior	83
N. Habitação	88
O. Saúde	91
P. Arte e Cultura	97
Q. Soberania Digital	101
R. Comércio Internacional	105

A. Democracia

Nestas eleições está em causa a democracia europeia. O crescimento de projetos políticos autoritários e regressivos em relação à conquista de direitos sociais, à ecologia, à liberdade e à solidariedade entre os Estados europeus revela vulnerabilidades democráticas graves. O aprofundamento democrático da União Europeia (UE), através do desenvolvimento do seu ideário, das suas práticas e propostas, é a única resposta para combater o distanciamento – há muito diagnosticado – das pessoas em relação às instituições e processos de decisão da UE.

Para o efeito, as nossas propostas reforçam a participação cidadã, o reforço do escrutínio democrático e a transparência e regulação dos processos de decisão política. Com elas, resolvemos problemas concretos da situação atual em que, ainda hoje, os técnicos não-eleitos tomam decisões à porta fechada e o lóbi corporativo, assim como de outras entidades, tem demasiada influência.

1. Criar a Constituição Democrática

É necessário criar a Constituição Democrática para a Europa, garantindo o real envolvimento da cidadania. A UE é atualmente governada por um conjunto de tratados escritos por diplomatas não-eleitos e por ministros. No sentido de aprofundar a relação de cidadania com os documentos fundadores da União Europeia, este processo de discussão sobre o que as pessoas, que residam e/ou que têm cidadania europeia, pretendem que seja uma Constituição Europeia culminará numa Assembleia Constituinte, que reunirá pessoas representantes de toda a União Europeia, eleitas democraticamente, na redação de uma nova Constituição democrática que deve ser posteriormente aprovada por todas as cidadãs e os cidadãos europeus via referendo.

2. Democratizar a votação

O artigo 7.º do Tratado da UE é o ‘travão europeu’, permitindo ao Conselho, por unanimidade, revogar os direitos de voto a qualquer Estado-Membro que viole os valores da União Europeia. Apesar do artigo 7.º ter sido acionado em relação a dois Estados-Membros, foi impossível prosseguir o processo, uma vez que este requer um voto unânime de todos os países não visados pelo mecanismo. Durante o mandato que agora termina, a Hungria e

Polónia protegeram-se sucessivamente, impedindo um escrutínio justo, baseado nos factos e que garantisse o respeito pelos valores fundadores da UE.

A nossa União só tem futuro se conseguir travar derivas autoritárias e antidemocráticas dentro de si mesma de forma eficaz, rápida e resoluto. Defendemos a reforma do artigo 7.º, de forma a fazer com que a UE esteja pronta a lidar com casos futuros de forma clara e incontornável, revogando a necessidade de haver unanimidade no voto do Conselho, passando a ser necessário um voto maioritário.

3. Capacitar o Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu deve ser capaz de representar os interesses dos seus eleitores e eleitoras e de controlar o poder dos órgãos não-eleitos da UE. Propomos um conjunto de medidas para reforçar o Parlamento Europeu: poder de se pronunciar sobre como os seus membros são eleitos; direito de propor legislação; poder eleger o Presidente da Comissão de forma livre e democrática aprofundando, de acordo com os parâmetros atuais; poder de demitir os Comissários individualmente.

Propomos também que seja revisto o artigo 294.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), alargando o poder de codecisão do Parlamento Europeu a todos os atos legais da União, sem exceções.

Defendemos também que os membros da Comissão Europeia, incluindo a sua Presidência, sejam eleitos pelo Parlamento Europeu e escolhidos de entre os seus deputados, dando mais um passo na constituição de um executivo da União obrigado a prestar contas aos cidadãos e às cidadãs da União.

4. Aprofundar a democracia direta

Defendemos que as pessoas devem ter mais influência sobre o futuro da Europa, concretizada através de diferentes vias de participação:

- da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE), que carece de aperfeiçoamento, sendo necessário diminuir o número de apoiantes exigidos e revogar o direito da Comissão de ignorar a ICE sem precisar de justificação;
- de assembleias cidadãs sobre temas estratégicos – garantindo o diálogo entre cidadãos, cidadãs e pessoas residentes e os seus representantes – implementadas

a nível europeu. Defendemos que, nestas sessões, sejam ouvidos peritos e representantes das várias posições em causa e cidadãos, cidadãs e pessoas residentes escolhidas aleatoriamente e por critérios representativos, juntamente com petições ou referendos, principalmente em matérias locais;

- da Conferência sobre o Futuro da Europa e projetos análogos relevantes para discussões sobre a Europa a médio e longo prazo idealmente realizadas uma vez por década, e associados a processos de reforma Europeia;
- da criação de uma Plataforma Digital de Deliberação Cidadã, que sirva como um meio interativo para cidadãos, cidadãs e pessoas residentes da União Europeia proporem legislação, debaterem políticas em desenvolvimento e participarem diretamente em consultas públicas. A iniciativa visa reforçar o carácter democrático da UE, aumentando a transparência e promovendo uma participação mais ativa e informada das pessoas nas decisões políticas que afetam diretamente as suas vidas. A utilização de plataformas digitais para deliberação cidadã na Islândia e na Estónia, por exemplo, mostraram que este tipo de iniciativas podem aumentar a participação pública, a transparência e a confiança nas instituições;
- do aprofundamento da transparência e representatividade da Agenda Estratégica para 2024-2029, com uma maior divulgação do documento e mais diversidade no seu grupo de redação; uma situação a trabalhar também no que diz respeito à Agenda Estratégica para 2029-2034.

5. Criar a Comissão de Copenhaga

O Tribunal Europeu de Justiça deve ser reforçado com a introdução de uma Comissão de Copenhaga: um organismo fiscalizador independente que investigará violações do Artigo 2.º do Tratado da União Europeia, artigo este que garante dignidade, liberdade, democracia, igualdade, estado de direito e respeito pelos Direitos Humanos em todos os Estados-Membros. As instituições da UE devem proteger os nossos Direitos Fundamentais quando os governos dos Estados-Membros procuram negá-los.

6. Aproximar as pessoas às decisões

Propomos criar um programa de reforço do poder local e promoção de práticas inovadoras de decisão política de modo a aproximar a política das pessoas e dos territórios. Este programa deve aprofundar a participação pública, urbanismo, habitação, ação climática,

conservação da natureza, transição energética e economia, à semelhança do programa *Nova Bauhaus Europeia*. É preciso promover o trabalho em rede entre cidades, conduzindo ao diálogo, ao fortalecimento do poder local e à capacitação de autarquias e movimentos municipais que têm vindo a inspirar as pessoas, trazendo-as para a participação política no âmbito da governação local na Europa.

7. Criar o Estatuto de Associação Europeia

Uma democracia europeia apenas será possível com uma sociedade civil europeia. São hoje milhões os cidadãos, cidadãs e pessoas residentes da União Europeia que, livre e voluntariamente, se juntam em associações em toda a Europa. A União Europeia deve dar reconhecimento institucional ao ativismo da cidadania. Respeitando o princípio da subsidiariedade, este estatuto será opcional e ideal para as associações que pretendam desenvolver atividades transnacionais. Iremos promover o desenvolvimento de um Estatuto de Associação Europeia, de modo a dar ferramentas aos cidadãos, cidadãs e pessoas residentes que, todos os dias, ajudam a criar uma cidadania europeia.

8. Aumentar a transparência das instituições europeias

Iremos reforçar o Direito à Informação na União Europeia para responsabilizar dirigentes e garantir que cidadãos, cidadãs e as pessoas residentes na UE sabem como são tomadas as decisões. Isto será feito através:

- da criação de uma autoridade pública de transparência e ética com recursos e poderes de fiscalização, investigação e aplicação de sanções;
- do acesso público às minutas das reuniões de todas as entidades da União Europeia;
- da excecionalidade do uso das designações “LIMITE”, que impedem o acesso do público a documentos importantes da UE;
- da criação de um procedimento de informação pública sobre o uso dos fundos públicos por parte das eurodeputadas e eurodeputados, assim como dos seus maiores ativos financeiros;
- do registo público de todas as negociações comerciais e tratados – muitas vezes classificadas como confidenciais;
- da publicação dos documentos legislativos em trabalho durante as negociações no Conselho Europeu.

- do estabelecimento de regras comuns para a publicidade das reuniões do Conselho, Parlamento e Comissão, no quadro de um acordo interinstitucional. Para poupar gastos, devemos encontrar um meio comum de difusão pública destas reuniões (a exemplo da ARTV em Portugal).

9. Registrar lobistas

Reforçaremos o escrutínio político, transformando o atual Registo de Transparência num verdadeiro Registo Obrigatório dos Lobistas perante a União Europeia; um registo intransigente na obrigação de que todos os funcionários europeus reportem quando, onde e porque se reuniram com lobistas, assim como os benefícios que receberam – direta ou indiretamente – antes ou depois da campanha de lóbi. Deve ser obrigatório que os lóbis divulguem quanto gastam nas suas campanhas e a que funcionários se dirigem. As sanções por desrespeito dos diversos dispositivos de transparência devem ser mais consequentes e impôr limites concretos de acesso às instituições, aos seus funcionários e aos exercícios de consulta pública. As atas de todas as reuniões devem ser submetidas a uma entidade supervisora independente.

10. Acabar com a venda de cidadania

Introduziremos legislação para terminar os esquemas de venda de cidadania. A concessão da cidadania europeia deve ser independente da riqueza das pessoas. No entanto, governos de toda a Europa vendem a cidadania europeia ao melhor comprador. Estes esquemas de venda de cidadania violam os direitos fundamentais da igualdade e subvertem o sentido de cidadania.

11. Fechar as portas giratórias

Promovemos uma cultura de idoneidade que impede que ex-funcionários europeus assumam lucrativas posições de lóbi no sector privado, após terem desempenhado cargos de responsabilidade no sector público. A União Europeia quase não tem regulação nesta área. Os ex-funcionários têm um período de dois anos durante o qual podem pedir para assumir posições de lóbi, pedidos esses que são quase sempre concedidos. Propomos a regulação de lóbi, com regras de prevenção e recursos de investigação dos conflitos de interesse dos funcionários atuais.

12. Proteger os denunciadores

Propomos reforçar a proteção para denunciadores, de modo a garantir a sua segurança física, o seu trabalho e o seu estatuto legal. Jornalistas, investigadores/as e empregados/as enfrentam grandes riscos quando denunciam delitos. Têm vindo a público suspeitas de assassinato de cidadãos e cidadãs europeus por reportarem casos de corrupção, assim como ameaças sofridas por denunciadores. Jornalistas como Daphne Caruana Galizia (em Malta) e Ján Kuciak (na Eslováquia) foram assassinados devido ao trabalho de investigação jornalística que desempenharam. Garantir a liberdade dos jornalistas e ativistas é uma prioridade, razão pela qual defendemos a transposição completa da diretiva sobre Ações Judiciais Estratégicas Contra a Participação Pública (SLAPPs).

Trabalharemos ainda para que seja criado um estatuto de asilo europeu que consagre proteções para jornalistas perseguidos judicialmente, tanto por Estados-Membros da UE como por outros.

13. Aumentar o acesso à justiça

Os movimentos cívicos, sindicatos ou associações devem ter acesso ao Tribunal de Justiça da UE (TJUE). Importa alterar o enquadramento institucional para criar esse acesso. Além de permitir que o TJUE melhor cumpra as suas funções, podendo mais entidades alertar para o incumprimento dos tratados, esta alteração também traz mais justiça, ao aumentar a proteção de cidadãos, cidadãs, pessoas residentes e coletivos face a eventuais violações.

Acrescidamente, esta medida também aproxima os coletivos e as pessoas das instituições europeias, contribuindo para aprofundar o sentimento de comunidade em toda a UE e a Democracia à escala europeia.

14. Melhorar o processo eleitoral

Defendemos a apresentação de uma nova lei para a eleição de mandatos no Parlamento Europeu em respeito pela subsidiariedade que rege o ordenamento jurídico da União Europeia. Em 2022, o Parlamento Europeu aprovou um projeto de criação de listas eleitorais transnacionais. No seguimento do mesmo, a Assembleia da República chumbou o projeto, com o voto contra de todos os partidos nacionais, à exceção dos dois membros da família Verde Europeia. Defendemos que este projeto não pode ser resignado. Assim, apresentaremos uma nova proposta no Parlamento Europeu para a eleição de mandatos

extra num segundo voto, no qual o eleitorado europeu poderá votar numa lista a nível europeu.

Continuamente, procuraremos também negociar uma harmonização das leis eleitorais de cada Estado-Membro para as eleições para o Parlamento Europeu, visando desenvolver processos congruentes e com o voto aos 16 anos.

15. Avançar para um Senado Europeu com votos iguais para cada país

A União Europeia funciona hoje num sistema legislativo de duas câmaras: o Conselho da União Europeia é a segunda câmara, o Parlamento Europeu a primeira. Se o Parlamento Europeu representa os cidadãos e cidadãs da União Europeia, então o Conselho deve ser transformado num verdadeiro Senado Europeu, onde os Estados-Membros estejam representados de forma igualitária.

Um Senado Europeu democraticamente eleito trará valor acrescentado à construção da democracia Europeia. Em sede de revisão dos Tratados da União Europeia, o LIVRE defenderá a substituição do Conselho da União Europeia por um Senado eleito, com um número igual de senadores por cada Estado-Membro, que constitua uma segunda câmara do Parlamento Europeu.

16. Eleger os Representantes Permanentes dos Estados-Membros no Conselho da UE

O Conselho é hoje a mais poderosa instituição da União Europeia e, no entanto, é também a menos transparente. O Conselho tem duas versões. A par do Conselho Europeu, que reúne periodicamente os chefes de estado e de governo democraticamente eleitos, no Conselho da UE somos representados por uma missão liderada por um diplomata de carreira. Para uma maior democratização da União Europeia, é necessário democratizar o Conselho da UE. Propomos que quem chefia a missão de Portugal seja democraticamente eleito/a, tomando assim Portugal um papel na vanguarda do movimento renovador da União. Esta eleição, que depende apenas e só da vontade política de Portugal, deverá ser feita de forma democrática e transparente.

17. Combater a desinformação

A desinformação tem sido, nos últimos anos, uma das principais ferramentas de ameaça à democracia, estabilidade e coesão social, criando um grande impacto na vida política dos Estados-Membros. Procurando garantir que a liberdade de expressão se mantenha como um pilar democrático fundamental na Europa, travaremos uma luta aguerrida contra a desinformação ativa e contra a promoção da “pós-verdade”.

Propomos o reforço do pacote de defesa da democracia da União Europeia, através:

- da criação de reguladores com recursos suficientes que permitam uma moderação viável e eficaz em grande escala;
- do reforço dos recursos do Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO);
- da garantia que as regras e regulamentos estabelecidos no Regulamento dos Serviços Digitais (*Digital Services Act*) são implementados e cumpridos de forma eficaz, com um incentivo ao seu alargamento a mais plataformas *online* e motores de busca;
- de uma maior divulgação dos dados estatísticos do Eurostat, para que os factos possam chegar a mais cidadãos, cidadãs e pessoas residentes na UE.

18. Acabar com a subversão do processo democrático através de contribuições opacas

A falta de transparência no que diz respeito ao financiamento das campanhas pode distorcer o processo democrático, lesando o bem comum, a justiça e a confiança nas instituições democráticas. Combater a corrupção sistémica é fundamental. Subscrevemos as recomendações da “Transparency International”, segundo as quais deverá existir mais transparência na UE, no que diz respeito ao financiamento dos partidos (em particular, garantias de transparência na prestação de contas), bem como sanções eficazes e adequadas em caso de prevaricação.

19. Reforçar a participação jovem na UE

A democracia só é forte se for participada. Defendemos o reforço de iniciativas europeias junto dos Estados-Membros e das escolas, de modo a ampliar a participação jovem nos eventos europeus.

Propomos que o Parlamento Europeu envolva mais as escolas, tomando a iniciativa de as convidar através de um dia aberto do Parlamento ou através de convites regulares com a devida divulgação. Defendemos também que a juventude possa ser mais envolvida em iniciativas como o Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude, o Corpo Solidário Europeu, entre outras.

20. Melhorar o processo de recrutamento da UE

O Serviço Europeu de Seleção de Pessoal (EPSO) e o seu sistema de recrutamento para as instituições da UE gera fracos resultados no que toca à contratação de pessoal, com problemas ligados à falta de diversidade e de competências específicas. Esta situação leva a que cargos especializados sejam ocupados por pessoas sem qualificações ou a custos altos com contratação externa. Propomos criar um processo específico para recrutar especialistas que seja mais ágil e adequado ao atual mercado de recrutamento altamente competitivo; um processo que promova a diversidade geográfica, cultural e socioeconómica, aproximando as instituições das pessoas, a começar por quem nelas trabalha.

21. Acabar com as viagens Bruxelas-Estrasburgo

Todos os meses, e apenas por quatro dias, todo o Parlamento Europeu passa de Bruxelas (na Bélgica) para Estrasburgo (em França). Este movimento mensal de milhares de pessoas custa 180 milhões de euros por ano aos contribuintes europeus e produz quase 20 mil toneladas de CO² por mês. A maioria dos eurodeputados e das eurodeputadas, por variadas ocasiões, votou para que o Parlamento Europeu possa decidir ter uma sede única. No entanto, os governos dos Estados-Membros bloqueiam sempre esta decisão.

Eleitos para o Parlamento Europeu, os eurodeputados e as eurodeputadas do LIVRE trabalharão por uma maior eficiência, lutando para que se acabe com a plurilocalização do Parlamento Europeu, dando-lhe uma sede única e lógica.

22. Escrever os próximos capítulos da democracia no mundo: por uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas

As nações do mundo têm representação; os cidadãos e as cidadãs do mundo, não. É comum dizer-se que a Organização das Nações Unidas, nascida do fim da II Guerra

Mundial, precisa de se atualizar. Algumas das potências emergentes querem ter um lugar permanente à mesa do Conselho de Segurança da ONU.

As reivindicações de todos os Estados do mundo encontram o seu lugar na Assembleia Geral, onde os nossos países são representados pelos seus governos ou diplomatas. Não há, contudo, nenhum fórum que represente os cidadãos e as cidadãs — e este tem sido o argumento central da campanha global para uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas.

Defendemos que o Parlamento Europeu deve estar na linha da frente da campanha internacional pela fundação de uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas, que dê voz aos eleitores de todo o mundo através dos seus representantes eleitos. O próprio Parlamento Europeu nasceu como assembleia parlamentar eleita indiretamente, sendo hoje o único parlamento transnacional completamente eleito do mundo (o Parlamento do Mercosul passará a ser parcialmente eleito nos próximos anos).

Promover a ideia de uma Assembleia Parlamentar global que acompanhe a Assembleia-Geral das Nações Unidas é uma expressão prática de uma ideia que está no cerne da atitude europeia que subscrevemos; que recusa qualquer ideia de superioridade europeia ou competição global entre regiões do mundo, mas vê a superação das rivalidades entre nações como um progresso a ser defendido e expandido todos os dias, na Europa e no mundo, onde quer que esse progresso esteja novamente a ser posto em causa.

B. Desenvolvimento Ecológico, Cooperativo e Solidário

Defendemos que cada pessoa tem direito a um padrão de vida digno. Na Europa, 95.3 milhões de pessoas estão em risco de pobreza ou exclusão social. Apesar deste indicador ter diminuído ao longo dos anos, continua a representar 21.6% da população da UE. Temos a responsabilidade de garantir que a evolução da União Europeia prioriza o combate às desigualdades. Defendemos uma UE solidária e focada no desenvolvimento ecológico e sustentável, fundamentado na igualdade e cooperação. A solidariedade social é um Direito Fundamental dos cidadãos, cidadãs e pessoas residentes; a UE tem de o honrar.

1. Reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo e do cuidador

Defendemos uma maior integração do trabalho reprodutivo e do cuidado nos debates sobre direitos laborais e conciliação entre o trabalho e a família. Numa perspetiva feminista, instigaremos as instituições europeias a tornar visível e a valorizar este sector sobre o qual todo o restante desenvolvimento económico assenta. Defenderemos o direito a todas as pessoas receberem cuidados dignos, à criação de condições laborais e contributivas para quem cuida em todos os Estados-Membros, ao reforço das redes de saúde e da assistência social de proximidade.

2. Defender o envelhecimento digno e ativo

O aumento significativo da esperança média de vida nos vários Estados-Membros da UE provoca alterações à organização dos serviços públicos. Este aumento motiva uma recomposição sociológica e cidadã, além de uma nova visão sobre o tempo de vida e a sua qualidade. Estas questões – comuns a todas as sociedades europeias – não têm tido a relevância necessária nas principais linhas de debate e ação da UE. Assim, e no âmbito do reforço do pilar social europeu, propomos que o debate seja alargado a fim de reforçar a ação das instituições europeias. Queremos:

- combater a pobreza e a vulnerabilidade social da população idosa;
- combater a solidão, com a promoção da integração comunitária e da saúde mental;
- reforçar as infraestruturas de saúde, saúde mental e residências assistidas;

- reforçar os direitos laborais e contributivos da população mais velha, permitindo regimes de transição (a pedido da pessoa cidadã ou residente) entre a vida laboral e a reforma.

3. Reforçar o valor social na contratação pública

Propomos reformular a regulamentação relativa aos contratos públicos, alargando a definição de aquisição por valor social. Esta medida serve para facilitar a propriedade cooperativa, as bases económicas regionais e permitir a prestação pública de serviços. Este reforço deve ser feito com os seguintes critérios:

- Cada procedimento concursal deverá ser anunciado com antecedência, em local de fácil acesso ao público, com informações claras e detalhadas sobre os critérios de seleção e as condições de participação;
- Deve valorizar o princípio de neutralidade climática, tanto nas compras públicas como nos cadernos de encargos;
- Deve ser competitivo e reduzir ao máximo o recurso ao ajuste direto, permitindo que todas as empresas ou prestadores de serviços externos interessados participem;
- O processo de seleção deve ser imparcial e justo, para garantir que a empresa ou prestador escolhido seja o mais qualificado para o trabalho;
- As propostas devem ser avaliadas de maneira objetiva e transparente, seguindo critérios previamente estabelecidos. A pontuação de cada proposta deve ser explicada aos participantes e disponibilizada publicamente;
- Os resultados devem ser divulgados publicamente, indicando o nome do vencedor e o valor do respetivo contrato, com as informações necessárias sobre os motivos da escolha da empresa vencedora.

4. Lançar o Programa Europeu de Cooperativismo

O cooperativismo como forma de organização autónoma do sector público e privado é um modelo exigente do ponto de vista democrático, um que não é movido por lógicas especulativas. Na maior parte dos Estados-Membros, a economia cooperativa encontra-se subdesenvolvida, apesar do surgimento de uma nova dinâmica de renovação do cooperativismo nos vários sectores económicos e de intervenção pública. As características intrínsecas ao cooperativismo são adequadas à resolução de desequilíbrios económicos

graves, sendo o alargamento do seu espaço nas economias locais, nacionais e europeias um fator determinante para uma economia centrada nas pessoas e no seu bem-estar.

Assim, propomos o lançamento de um programa de cooperativismo europeu que promova a criação de cooperativas, a sua boa gestão e cumprimento dos objectivos de formação, através de:

- uma rede europeia de diálogo e intercâmbio de boas práticas e formação jurídica, contabilística e económica;
- linhas de financiamento específicas para a criação de cooperativas nas áreas da sustentabilidade e estado social, designadamente as cooperativas de habitação, agrícolas, de energia e culturais;
- defesa do cooperativismo em diversas áreas sectoriais de política pública, alargando especificamente os programas existentes à elegibilidade das cooperativas como solução.

5. Promover a economia circular

Uma parte importante dos materiais mais críticos e estratégicos para a UE são perdidos quando os Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE) não são capturados nos sistemas de recolha. No caso dos resíduos efetivamente recolhidos e depois reciclados, são perdidas matérias-primas nos processos de reciclagem, uma vez que as componentes onde estão alojadas não são separadas. Os cadernos de encargos das Entidades Gestoras (EG) que colocam estes resíduos nos circuitos de reciclagem devem garantir e pagar não só a despoluição obrigatória, mas também a separação destes componentes. Alinhados com diretivas recém-aprovadas pela UE como a *Right to Repair*, o *Critical Raw Materials Act* ou a proposta para o regulamento *Ecodesign for Sustainable Products*, defendemos:

- tornar obrigatória a separação de componentes com matérias-primas críticas (como os magnetos permanentes) pelos operadores de resíduos;
- criar uma parceria europeia que atue no equilíbrio do mercado das componentes separadas, enquanto o mercado não estiver equilibrado;
- criar um incentivo monetário para os produtores que incorporem matérias-primas críticas recicladas nos seus equipamentos eléctricos e electrónicos.

6. Acabar com a obsolescência programada

Combater a obsolescência programada e instigar produtos de longa duração, de modo:

- a que se aumente o prazo mínimo da garantia nos produtos elétricos e eletrónicos, passando dos atuais dois anos para cinco;
- a promover a durabilidade e reparabilidade dos produtos, nomeadamente através da disponibilização de peças de substituição;
- a promover a criação de índices que permitam ao consumidor avaliar a durabilidade e/ou reparabilidade de um produto no momento da compra;
- a defender a criminalização da obsolescência programada propositada e a taxação dos negócios que produzam produtos de utilização limitada (exceto em situações específicas, como nos consumíveis de saúde), também proibindo os produtos descartáveis cujos impactos sejam particularmente severos.

7. Combater o consumo descartável

Queremos que as marcas de produtos de consumo descartável (como vestuário, tecnologia, mobiliário ou brinquedos):

- incluam, em todas as lojas, pontos de recolha de produtos em final de vida;
- tenham pontos de reparação de produtos danificados, a preços inferiores aos da aquisição de um novo produto;
- sejam responsabilizadas pelo correto encaminhamento dos resíduos para reciclagem ou outro fim ambientalmente mais benéfico;
- façam um maior esforço para incorporar matérias-primas recicladas nos seus produtos;
- informem o cliente de forma verdadeira e acessível sobre a origem das matérias-primas usadas, o real impacto ambiental do produto e as condições laborais na fase de produção.

8. Limitar o poder monopolístico das multinacionais tecnológicas

Defendemos o espírito de colaboração e de competição regulada no espaço económico europeu, apenas possível se não houver monopólios ou oligopólios dentro da União

Europeia. Importa combater a posição dominante de algumas empresas tecnológicas que impedem a inovação, destruindo a concorrência através de um poder abusivo anticolaborativo e anticoncorrencial.

9. Criar condições de microcrédito

Somos pela criação de um programa europeu de microcrédito, destinado a ajudar pequenos empreendedores com ideias que tenham um impacto positivo na sociedade, sendo exemplo projetos escolares inovadores, centros comunitários ou agricultura sustentável e urbana.

C. Igualdade e Justiça Social

Ninguém deve ser discriminado com base na sua identidade, convicções ou condições.

Em toda a Europa, existe um grande fosso salarial e de poder político entre homens cisgénero (homens cuja identidade de género corresponde ao sexo biológico) e pessoas de outros géneros. As mulheres recebem em média 16% menos do que os homens, o que equivale a dois meses completos de trabalho não-remunerado a cada ano. Em alguns Estados-Membros, milhões de mulheres veem negado o direito de tomar decisões sobre o seu próprio corpo.

Lutamos para que a UE se afirme feminista na sua política externa, de modo a que a igualdade de género esteja no centro dos seus valores. Incentivamos a participação civil e política de mulheres de qualquer idade e de grupos marginalizados, apoiando também organizações locais de empoderamento das mulheres e destes grupos. As mulheres não estão sozinhas. Lutamos também para que pessoas da comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência ou necessidades especiais e pessoas de outras etnias ou credos religiosos minoritários tenham os seus Direitos Fundamentais protegidos e assegurados, para que possam viver uma vida condigna, segura e autónoma.

Defendemos uma Europa mais igual, com dignidade para todos. Uma Europa sem violência de género, que garanta os direitos reprodutivos de todas as pessoas. Capaz de derrubar barreiras às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. E que combata todas as formas de discriminação e discursos de ódio. Uma Europa que elimine a pobreza.

1. Defender a criação da Formação para a Igualdade no Conselho da UE

As instituições europeias têm de garantir a manutenção de discussões relacionadas com a igualdade: a igualdade de género e para pessoas LGBTQIA+, migrantes, refugiadas, pessoas de diferentes etnias e convicções religiosas minoritárias e pessoas com deficiência ou necessidades especiais. É imperativo que a UE seja um lugar seguro para todas as pessoas. Por isso, lutaremos para que as ministras e os ministros dos Estados-Membros discutam estes tópicos com a relevância que merecem, em fórum próprio e a eles dedicado, garantindo sempre o respeito e implementação dos Direitos Humanos.

2. Acabar com a violência de género

A UE deve fazer mais para acabar com a violência de género. Vamos lutar para proteger e ampliar a Convenção de Istambul, lutando para que seja ratificada por todos os Estados-Membros. Defendemos, dentro das instituições europeias, a adoção de políticas e medidas concretas para prevenir, mas também sancionar a violência de género, protegendo as suas vítimas.

Continuaremos a insistir na inclusão da violência de género na lista dos crimes europeus. Escrutinaremos a Comissão Europeia de forma a assegurar que a Diretiva de Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica seja transposta corretamente para a legislação de todos os Estados-Membros.

Lutamos para que todos os Estados-Membros implementem proteções especiais para as mulheres e pessoas de género não normativo, trans e intersexo que permanecem em alto risco. E lutaremos para que quaisquer formas de violência – física ou psicológica, digital ou *offline* – sejam devidamente cessadas. Todas as entidades apoiadas pela UE que recebam requerentes de asilo devem fornecer instalações específicas para cada género, para garantir uma proteção contra assédio e agressão sexual. A prevenção da exploração e da opressão baseadas no género devem estar contempladas no estatuto de refugiado.

3. Apoiar as pessoas vítimas de violência doméstica

A violência doméstica é ainda um fenómeno francamente prevalente em diversos Estados-Membros da União Europeia. Em muitos deles, a prevenção a este nível é insuficiente. Por isso, lutamos para uniformizar políticas de defesa e proteção das pessoas vítimas de violência doméstica a nível europeu e queremos criar um plano europeu de erradicação da violência doméstica, muito necessário para acabar de vez com este flagelo.

A proteção de vítimas de violência doméstica deve incluir a ajuda no acesso ao trabalho, habitação, saúde e educação em qualquer Estado-Membro, bem como o acesso a apoio na área da saúde mental.

4. Garantir a paridade de género na UE

Lutamos pela paridade de género na nossa política. Defendemos a paridade de género de forma a assegurar uma representação igual e justa dos géneros a todos os níveis das

instituições da UE, dando o exemplo através do nosso grupo político. Além disto, continuamos a defender limiares de equilíbrio de género para as listas eleitorais dos partidos políticos no Parlamento Europeu.

5. Defender os Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva

Acreditamos que a opressão baseada no género em qualquer Estado-Membro é uma ameaça aos géneros marginalizados em todos eles. Queremos uma Convenção de Revisão dos Tratados que inclua explicitamente os Direitos à Saúde Sexual e Reprodutivos, para assegurar a proteção, segurança e autonomia reprodutivas.

Continuaremos a lutar por um conjunto de reformas imediatas que promovam os direitos reprodutivos. Exigimos acesso livre e fácil à contraceção sem receita médica. Os produtos de higiene – como tampões, pensos higiénicos e copos menstruais – devem ter um preço acessível e tendencialmente gratuito, devendo ser distribuídos gratuitamente em escolas, universidades, locais de trabalho e espaços públicos.

Somos pela criação de um programa europeu de doação de coletores menstruais às pessoas que menstruam e tenham dificuldades socioeconómicas, no qual se inclua a avaliação em hospitais e postos médicos dos verdadeiros números da pobreza menstrual a nível europeu.

Todas as mulheres na Europa devem ter acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) legal e segura, bem como a informações gratuitas sobre a IVG. As grávidas devem ter acesso a cuidados pré-natais com exames e cuidados obstétricos gratuitos, mas também cursos de preparação para o período pós-parto gratuitos ou subsidiados. Os casos de risco de morte fetal ou de parto prematuro devem ter direito a baixa totalmente paga durante a gravidez.

Queremos ainda lutar contra a violência obstétrica que ocorre durante a gestação, parto e pós-parto e se traduz sob a forma de violência verbal, física (como a manobra de Kristeller) ou sexual (por exemplo, toque de forma abusiva). Estas formas de violência são responsáveis por desgaste e sofrimento físico e emocional; queremos garantir que possam ser denunciadas e puníveis por lei.

Os direitos reprodutivos estendem-se à parentalidade. Os pais devem ter direito a 480 dias de licença parental, mesmo que não estejam empregados. Além destes 480 dias pagos, os

pais também devem ter o direito legal de reduzir o horário normal de trabalho para passar mais tempo com os seus filhos e filhas.

6. Garantir o reconhecimento das pessoas LGBTQIA+

Todos os Estados-Membros devem assegurar que os casamentos entre pessoas LGBTQIA+ e a parentalidade são reconhecidos na UE, independentemente da legislação nacional de cada Estado-Membro. Garante-se assim o direito à livre circulação, sem perda de quaisquer outros direitos. Defendemos a adoção da proposta de Regulamento destinada ao reconhecimento mútuo de parentalidade para situações transfronteiriças, para que uma família não deixe de o ser ao atravessar uma fronteira. Lutaremos também por uma proposta semelhante para o reconhecimento de casamentos, uniões de facto e outros dispositivos legais de reconhecimento de casais.

Lutamos para que todas as pessoas trans, de género não-normativo e intersexo sejam devidamente reconhecidas e protegidas, tenham os seus direitos assegurados e um livre acesso aos procedimentos de mudança de género e reconhecimento legal devidos. Para isso, queremos também garantir a menção expressa à identidade de género nos Tratados da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais (como, aliás, já existe para a orientação sexual), de forma a garantir a proteção das pessoas trans, não-binárias e intersexo.

7. Proibir as práticas de conversão

O Parlamento Europeu condenou todas as formas de discriminação contra pessoas LGBTQIA+, incluindo as práticas de conversão. Porém, nem todos os Estados-Membros adotaram medidas legais para criminalizar estas práticas. Iremos garantir que a situação se reverta e que as pessoas LGBTQIA+ sejam devidamente protegidas dentro de toda a UE. Iremos também lutar para que, nos Estados-Membros que já tenham concretizado a proibição destas práticas, haja uma uniformização da estrutura legislativa e das respetivas penas judiciais a aplicar.

8. Adicionar os crimes e discurso de ódio à lista dos crimes europeus

A Comissão Europeia já propôs um alargamento da lista dos crimes europeus aos crimes e discurso de ódio, proposta essa que ainda não foi adotada pelo Conselho. Continuaremos a

fazer pressão para que os crimes europeus sejam alargados e para que, numa segunda fase, a Comissão Europeia proponha uma diretiva que dê expressão à criminalização destes atos. Defendemos a inclusão expressa do sexo, orientação sexual, identidade de género, expressão de género, características sexuais, situação de deficiência, idade, origem étnica e religião ou crença nessa proposta, de forma a criminalizar a nível europeu todas as expressões de ódio.

9. Erradicar a pobreza infantil

A crise de pobreza infantil na Europa é grave: um quarto de todas as crianças está em risco de pobreza e de exclusão social. Defendemos um Plano de Erradicação da Pobreza Infantil que mobilize mais recursos do Fundo Social Europeu para garantir o acesso a cuidados de saúde, habitação, nutrição e educação para todas as crianças. O Plano estabelecerá um objetivo de redução da pobreza infantil no quadro da Estratégia 2020 e apelará à monitorização do progresso dos Estados-Membros no Semestre Europeu.

10. Facilitar a comunicação para as pessoas surdas

Defendemos a garantia da uniformização do formato da legendagem oculta dos canais de televisão públicos e privados e dos serviços de *streaming*, dirigida a pessoas surdas e com dificuldades auditivas, por toda a União Europeia, por forma a facilitar o acesso a esta funcionalidade por quem dela necessita.

11. Garantir justiça para as pessoas com deficiência

A UE não tem conseguido responder às necessidades das pessoas com deficiência. Apesar do sucesso em adotar um Cartão Europeu de Deficiência, este ainda possui uma falha grave. Atualmente, o Cartão não reconhece o estatuto de deficiência ou incapacidade de forma transnacional, o que impossibilita as pessoas portadoras de deficiência de se deslocar, residir ou trabalhar livremente em outros Estados-Membros europeus - já que precisam de reiniciar esse reconhecimento da sua condição, processo esse que difere de país para país.

Por isso, é preciso garantir que o Cartão Europeu de Deficiência seja mais robusto e uniforme em toda a UE, repensando e aumentando também as competências da UE ao nível da saúde. Continuaremos também a:

- propor nova legislação que forneça maiores recursos para eliminar todas as barreiras arquitetónicas em edifícios públicos;
- garantir cuidados de saúde para todas as formas de deficiência;
- garantir que todos os Estados-Membros da UE proporcionem educação adequada e digna e possibilitem às pessoas com deficiência uma vida independente.

Acreditamos que estas não são simplesmente questões de acesso – são questões de justiça.

No que toca à deslocação destas pessoas, pretendemos legislar para que as compensações das companhias aéreas ou outras empresas de transporte devido a danos provocados aos equipamentos auxiliares à pessoa com deficiência sejam em valor suficiente para o reparo ou substituição dos mesmos. Esse valor é atualmente equivalente ao valor determinado para bagagem regular de porão, o que é manifestamente insuficiente.

12. Implementar a igualdade salarial

Lutamos pela Igualdade Salarial, para acabar com a discriminação baseada no género no local de trabalho, defendendo sempre o princípio da remuneração igual por trabalho igual ou de igual valor. A disparidade salarial de género não pertence a uma Europa do futuro.

Defendemos a implementação efetiva da Diretiva de Transparência Salarial pelos Estados-Membros. E por isso, requeremos ao Instituto Europeu de Igualdade de Género que continue a monitorizar e avaliar o cumprimento da Diretiva em vigor.

13. Propor o Programa de Solidariedade

Propomos o Programa de Solidariedade para combater a pobreza extrema e para garantir o acesso a produtos básicos e essenciais para todos os residentes na Europa. Aumentaremos radicalmente o orçamento para o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), apoiando mais as comunidades desfavorecidas e fortalecendo o apoio às ONG que fornecem assistência alimentar e que ajudam pessoas em situação de sem-abrigo.

14. Criar o Padrão Europeu de cuidados de Saúde

Propomos o Padrão Europeu de Cuidados de Saúde que leve os Estados-Membros a melhorar rapidamente a prestação desses cuidados, em colaboração com a UE. Será definido um conjunto de serviços mínimos de saúde, que devem ser sempre centrados nas necessidades do paciente, embora dando especial atenção aos grupos marginalizados e com algum tipo de deficiência. Queremos direcionar parte do orçamento da UE para apoiar os Estados-Membros que tenham dificuldade em atingir esses objetivos.

15. Proteger as pessoas apátridas

O direito à nacionalidade é um direito consagrado no Artigo 15.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, o número de apátridas – pessoas que não são reconhecidas como pertencentes a nenhum Estado, seja esse o país onde nasceu ou reside – continua a subir e a sua proteção continua a diminuir. Se um menor tiver progenitores apátridas, essa criança não será considerada pertencente ao território onde nasceu, visto que os pais não são nativos. Há um número significativo de apátridas na Europa e, por isso, defendemos que seja encontrada uma solução para o reconhecimento da nacionalidade destas pessoas no seio da União Europeia.

16. Combate ao Anticiganismo

São cerca de 6 milhões as pessoas de origem cigana na União Europeia, a maioria com cidadania de um dos Estados-Membros. Representam, por isso, a maior minoria étnica da UE e, conseqüentemente, temos uma responsabilidade para com ela.

É imperativa a implementação do quadro estratégico da UE relativo aos ciganos 2020-2030 para um combate efetivo à discriminação para com estas pessoas. Este quadro pretende incentivar a integração dos ciganos e reforça também - pela recomendação emitida pela Comissão relativa à igualdade - a inclusão e a participação da comunidade cigana.

O racismo contra diferentes grupos minoritários continua a aumentar na UE, nomeadamente para com as pessoas de origem cigana. Torna-se fundamental explorar oportunidades para uma potencial nova diretiva pós-2020.

17. Adotar a Diretiva Europeia Horizontal de Antidiscriminação

A Diretiva Europeia Horizontal de Antidiscriminação consagra o princípio da igualdade de tratamento fora do mercado de trabalho, independentemente da idade, deficiência, orientação sexual e religião ou crença. Este mecanismo, que visa alargar a proteção contra a discriminação através de uma abordagem horizontal, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e continua pendente no Conselho desde 2008.

Consideramos urgente a aprovação desta diretiva. O LIVRE lutará pela continuação das discussões com o Conselho, de forma a que este (finalmente) aprove a proposta, que carece de unanimidade por parte dos Estados-Membros.

18. Criar uma Plataforma Europeia de Combate à Discriminação

Para promover a tolerância e o respeito pela diversidade, defendemos uma Plataforma Europeia de Combate à Discriminação. Esta plataforma - que centralizará informações e recursos sobre discriminação na União Europeia - será um instrumento valioso para o desenvolvimento de novas políticas antidiscriminação. A esta plataforma acrescentam:

- um formulário de denúncias de inação por parte dos Estados-Membros em relação a denúncias previamente participadas;
- um fórum online para que as vítimas de discriminação possam partilhar as suas vivências e encontrar algum apoio.

D. Trabalho, Rendimento, Tempo e Proteção Social

Vivemos tempos de graves desigualdades sociais e de crescente dificuldade em superar situações de pobreza que se reproduzem geracionalmente. Os baixos salários, o aumento do custo de vida e a normalização da precariedade laboral têm custos coletivos e danos pessoais que colocam em causa a dignidade humana. Adicionalmente, os desenvolvimentos tecnológicos, a inteligência artificial e o aumento da esperança média de vida permitem-nos reequacionar o papel do trabalho na vida de cada um e na sociedade, assim como a capacitação da proteção social. Defendemos o reforço do pilar social da UE a fim de renovarmos o estado social, melhorarmos as condições laborais, as políticas salariais, a redistribuição da riqueza criada e a preparação do mundo do trabalho e da proteção social para digitalização e automação.

1. Criar a Carta Europeia do Trabalho Justo

Propomos que o Parlamento Europeu elabore e crie a Carta Europeia do Trabalho Justo, que reforce os direitos dos trabalhadores em toda a UE. Esta carta será executada pela Agência Europeia de Inspeção do Trabalho que propomos criar e que terá competências de coordenação e supervisão das instituições dos Estados-Membros, com responsabilidades na garantia do cumprimento das leis do trabalho e do tratamento justo dos trabalhadores e das trabalhadoras. A Carta abrangerá todos os Estados-Membros (incluindo aqueles onde não existem acordos coletivos de trabalho) para que garanta:

- um novo Salário Mínimo Europeu, que inclua critérios para a convergência dos salários na Europa, a aplicar especialmente nos Estados-Membros onde não existam acordos coletivos de trabalho;
- a criação de uma normativa europeia que regule os aumentos salariais mínimos anuais, em linha com a inflação;
- um novo padrão europeu de trabalho, com um máximo de 35 horas semanais, a semana dos 4 dias de trabalho e um mínimo de 30 dias de férias por ano;
- a diminuição dos bónus corporativos;
- a regulação do salário dos executivos, indexando-os ao salário mínimo pago pela empresa;

- a criação de um rácio máximo entre o ordenado mais baixo e o mais alto dentro da mesma empresa, assim como a eliminação de diferenças salariais para um mesmo cargo e empresa;
- garantir a representação dos trabalhadores e trabalhadoras nos órgãos executivos das empresas;
- a aposta na qualificação dos trabalhadores, como critério fulcral na progressão de carreira;
- a discriminação positiva, de forma a garantir o acesso ao autoemprego e o fomento à contratação de pessoas com deficiência ou necessidades especiais;
- que a implementação de processos de transformação digital nas empresas (digitalização e robotização, por exemplo) seja realizada, respeitando a dignidade e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;
- a capacitação empresarial para garantir apoio aos trabalhadores e trabalhadoras (sector público e privado) de cuidados de saúde mental, mesmo quando passem por períodos longos de baixa médica.

2. Criar um mecanismo de proteção laboral para transição justa

Defendemos a criação de um mecanismo – ou reforço dos existentes – para a mitigação dos efeitos da transição energética sobre quem trabalha das indústrias emissoras de gases de efeito de estufa, nomeadamente nos casos em que, por este motivo, percam o seu posto de trabalho. Esses mecanismos devem promover a requalificação profissional, integração preferencial nas indústrias verdes e respetiva indemnização dos trabalhadores e trabalhadoras.

3. Expandir o programa Erasmus+ para o sector público

O sector público emprega milhões de pessoas na Europa e serve outros tantos todos os dias: o seu desempenho é crucial para o bem-estar europeu. Adicionaremos ao programa Erasmus+ a administração pública, de modo a promover a cooperação entre trabalhadores das instituições da UE, bem como de funcionários dos diversos serviços públicos de cada Estado-Membro. Este acréscimo contará com dotação orçamental suficiente para contemplar apoio à mobilidade e à habitação, para facilitar o trabalho fora da área de residência. Pretendemos com isto incentivar a partilha de boas práticas no desempenho do

serviço público, em domínios como a saúde, a justiça e a segurança, assim como novas oportunidades de emprego.

4. Proteger os trabalhadores e as trabalhadoras em caso de insolvência

Propomos introduzir uma legislação semelhante à lei Marcora (lei italiana em vigor) para que, em caso de insolvência de uma empresa, os trabalhadores e as trabalhadoras possam utilizar o subsídio de desemprego que iam receber como capital para adquirir o negócio, criando assim uma cooperativa laboral. Além disso, deve ser contemplado o financiamento de alguma entidade pública com entrada de capital.

5. Implementar a Semana de 4 dias de trabalho

O desenvolvimento de novas tecnologias computacionais no meio empresarial teve uma aceleração nos últimos anos e o surgimento da robotização e inteligência artificial põe em risco postos de trabalho. Propomos a criação de um projeto-piloto de semana laboral de 4 dias que permita evitar o desemprego e que foque as empresas numa visão de tecnologia como uma ferramenta adicional e não como uma ferramenta de substituição. Este projeto-piloto ocorreria simultaneamente em diversas empresas e instituições europeias e incluiria a sua monitorização e avaliação final permitindo, com uma amostragem mais alargada, uma avaliação mais completa dos resultados. As organizações elegíveis serão públicas e privadas e de diferentes competências funcionais, abarcando os vários sectores produtivos.

6. Propor o Rendimento Básico Incondicional (RBI)

Propomos o lançamento de um projeto-piloto transnacional do Rendimento Básico Incondicional. O projeto-piloto será financiado por um Fundo de Riqueza Cidadã que será propriedade coletiva e pública europeia. A sua carteira incluirá ativos adquiridos pelos bancos centrais, uma percentagem de capital social obtido, entre outros, por ofertas públicas de venda, rendimentos de direitos de propriedade intelectual ou as receitas da taxa sobre a emissão de gases com efeito de estufa.

Cada ano, o Fundo distribuirá um Dividendo Universal de Cidadania que financiará uma primeira fase de teste do RBI em diferentes territórios europeus. Ao projeto-piloto poderão

candidatar-se regiões da Europa, havendo lugar à cooperação para definição de protocolos entre as entidades regionais e a Comissão Europeia, entidade gestora do Fundo de Riqueza Cidadã.

O RBI deve incluir pessoas beneficiárias de apoios sociais que se devem manter, pessoas com rendimentos exclusivos do trabalho por conta de outrem e trabalhadores e trabalhadoras independentes, bem como pessoas desempregadas ou reformadas – numa amostra representativa da sociedade. O projeto-piloto deve ter ainda um quadro temporal superior a dois anos e contemplar a sua monitorização e avaliação. Este é um passo que poderá proporcionar liberdade e maior igualdade, independentemente do seu nível de rendimentos.

7. Criar a Comissão Internacional de Trabalhadores e Trabalhadoras

Somos pela criação de uma Comissão Internacional de Trabalhadores, de modo a reforçar o poder de negociação laboral em todo o continente europeu. Se as corporações europeias operam à escala global, é também a essa escala que os trabalhadores e trabalhadoras se devem organizar. Atualmente, muitas corporações internacionais dependem de trabalho precário e põem em concorrência os trabalhadores de países diferentes para baixar os salários. Esta Comissão servirá de “sindicato de último recurso” para os trabalhadores que atualmente não têm acesso a nenhum sindicato ou organização de trabalhadores. Mais, esta Comissão apoiará a criação de novos sindicatos transnacionais e comissões de trabalhadores que possam desafiar as corporações que dependem do trabalho precário.

8. Propor o Fundo Acionista dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Propomos um plano para que os trabalhadores e trabalhadoras possam participar na gestão das empresas que os empregam ou, caso não desejem ficar como acionistas, em que parte dos dividendos lhes seja obrigatoriamente distribuída.

O nosso plano apoiará pequenas e médias empresas na criação de um Fundo Acionista dos trabalhadores e das trabalhadoras, que distribua uma percentagem anual das ações ou dividendos a quem trabalha, cabendo a cada pessoa escolher entre receber ações da empresa ou parte dos dividendos. Estes fundos não proporcionarão apenas mais recursos: os trabalhadores e a trabalhadoras passam a ser acionistas, tendo uma palavra a dizer sobre

as decisões da companhia. Este será um passo importante para a democratização da economia europeia.

9. Cuidar dos Cuidadores e Cuidadoras Informais

A Proposta de Resolução do Parlamento Europeu 2021/2253 (INI) refere que 80% dos cuidados de longa duração na Europa são prestados por cuidadores informais. A prestação de cuidados não-remunerados representa 9% do PIB mundial e entre 40 a 50 milhões de pessoas na União Europeia prestam cuidados informais numa base regular. Esta proposta, aprovada a 21 de junho de 2022, sugere aos Estados-Membros colocar a prestação de cuidados no centro das suas políticas.

Propomos a criação de um fundo europeu, justificado pelo valor que os cuidados não-remunerados acrescem ao PIB, para o desenvolvimento de políticas concretas nos Estados-Membros. Propomos ainda a criação de regulação europeia para garantir que o estatuto de cuidador informal contemple as diferentes realidades que existem, incluindo pessoas que, não sendo cônjuges, têm laços de afetividade ou proximidade e exerçam funções de cuidador ou cuidadora informal.

Defendemos também que os cuidadores e as cuidadoras informais a tempo completo e a tempo parcial devem ver reconhecidos os seus direitos laborais como tempo de descanso, subsídio mínimo garantido, carreira contributiva ou um regime específico para conciliação com trabalho a tempo parcial.

E. Natureza, Clima e Transição Verde

Regemo-nos pela defesa de uma sociedade justa, consciente e sustentável, onde cada um de nós conhece o seu papel na defesa do meio ambiente e do planeta. Perante o atual contexto, marcado pelo declínio acentuado da biodiversidade ao longo das últimas décadas, denunciámos a ausência de uma ação urgente e necessária, por parte da União Europeia, para travar o declínio e iniciar o restauro da natureza, *habitats* naturais e dos ecossistemas. Não podemos baixar os braços. Urge, também, reforçar as medidas de combate às alterações climáticas, em harmonia com os avisos alarmantes da comunidade científica - e do nosso próprio planeta - materializados em fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos.

A ameaça climática e o declínio da biodiversidade exigem respostas firmes, urgentes e estruturadas, baseadas no desenvolvimento sustentável e numa transição verde, digital e igualitária a todos os níveis da sociedade: na energia, no consumo, na alimentação e na agricultura, na habitação ou na economia circular. Estes são desafios de sobrevivência para o planeta e para as futuras gerações. Desta forma, procuramos responder a todos estes desafios, lutando por um futuro (mas também um presente) sustentável, apresentando as seguintes medidas com foco num bem comum: a proteção do planeta e da qualidade de vida de todas as pessoas.

1. Apresentar o Novo Pacto Verde e Social para a Europa

Apresentamos um Novo Pacto Verde Europeu, reforçado com critérios sociais, alocado a uma transição verde, justa e digital na economia europeia. Este investimento transformará a infraestrutura europeia, de forma a alinhar os objetivos climáticos da União Europeia com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. A proposta inclui, nomeadamente, a construção de sistemas de energia renovável, a transição para métodos de transporte com baixas emissões e a construção habitacional com elevados padrões de eficiência energética.

O Novo Pacto Verde Europeu consultará as comunidades e o poder local para desenvolver e gerir os projetos junto das populações. Por exemplo, defendemos benefícios fiscais para quem separa e recicla resíduos, programas de oferta de *vouchers* para utilizar no comércio local e disponibilização de *kits* de reciclagem e compostagem às pessoas.

Igualmente, as regiões mais dependentes do carvão receberão especial atenção para garantir que cada emprego na área dos combustíveis fósseis seja substituído por um equivalente adaptado à transição energética.

Iremos sugerir a colocação de painéis solares em todos os telhados dos edifícios públicos dos Estados-Membros, de forma a aumentar a produção de energia renovável sem comprometer os ecossistemas.

Defendemos também que seja proibida a embalagem de plástico dupla, que obriga a produção de mais materiais desnecessários e conseqüente criação de mais lixo. E ainda que sejam incluídos os confetes de plástico na diretiva de restrição de produtos de plástico de utilização única, permitindo reduzir a quantidade de pequenos e micro plásticos no ambiente.

Mas queremos ir mais longe. Queremos promover o financiamento da investigação e concretização de novas fontes de energia que garantam a transição energética e a preservação dos ecossistemas. A aposta europeia no hidrogénio verde deve ser acompanhada de perto, quer pelo seu potencial enquanto fonte de energia, quer enquanto fonte de armazenamento de excedente de produção elétrica. Não alinhando na visão acrítica que apresenta esta fonte de energia como a ideal para todos os sectores, participamos no debate sobre onde faz sentido apostar no hidrogénio verde, dando prioridade aos sectores de difícil eletrificação, como a aviação, o transporte marítimo e a indústria pesada. Iremos promover também o debate sobre a coesão europeia no que diz respeito à produção e utilização do hidrogénio verde ou seus derivados como os combustíveis sintéticos, sendo essencial garantir que Estados-Membros onde a produção deste gás é favorável – como Portugal – retenham o valor acrescentado associado à sua cadeia de valor, em vez de serem meros exportadores.

2. Criar o Tribunal Europeu para o Ambiente

Criaremos um organismo especial ligado ao Tribunal Europeu de Justiça que irá monitorizar o cumprimento do Pacto Climático Europeu e da Diretiva de Redução das Emissões e Poluentes Atmosféricos.

Este órgão atuará também sobre as empresas europeias a operar no estrangeiro, garantindo o cumprimento dos padrões ambientais em indústrias como a pesca, a exploração mineira e a perfuração.

3. Defender o Pacto Climático Europeu 2050 revigorado e mais ambicioso

A União Europeia deve agir rapidamente para uma estratégia firme e eficaz perante as alterações climáticas, e introduzir metas mais ambiciosas já em 2050. Isto inclui a revisão das metas de 2040, com o objetivo de cumprir a meta do aumento médio da temperatura global abaixo dos 1.5 °C.

Traremos novo vigor ao Pacto Climático Europeu, estabelecendo objetivos mais ambiciosos: para a diretiva referente à redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa; para uma maior aposta nas fontes de energia renováveis; para uma diminuição geral do consumo de energia, indo além dos 35%; e para a necessidade de atingir a Neutralidade Carbónica, considerando a pegada do transporte aéreo e marítimo.

Para atingir estes objetivos, apoiamos a revisão do impacto ambiental do Orçamento Europeu. Precisamos de pôr fim aos vários subsídios ao setor fóssil que, segundo dados do FMI, totalizaram mais de 400 milhares de milhões de euros só em 2022. É tempo de deixar de financiar quem incendeia o nosso futuro.

Promovemos a mobilidade com baixas emissões, desenvolvendo a infraestrutura pedonal e ciclável, mas também apostando no desenvolvimento na rede de transportes públicos em cada Estado-Membro, encorajando uma mudança progressiva da utilização do transporte aéreo para o ferroviário e o fluvial.

A UE deve reforçar o seu papel regulador e passar uma mensagem forte: as metas de descarbonização não podem ser atingidas à custa das comunidades locais, que frequentemente sofrem os maiores impactos das grandes centrais fotovoltaicas e/ou eólicas e delas retiram poucos ou nenhuns benefícios. É necessário devolver o poder às comunidades locais e compensar devidamente os impactos ambientais causados por estas mega-instalações de energia renovável. Só assim conseguiremos promover uma justiça ambiental e distributiva.

Por isso, defendemos que todos os leilões públicos em países da UE incorporem condições que obriguem ao envolvimento das comunidades locais, seja através da criação de cooperativas ou associações locais para investirem parte dos lucros dos projetos na criação de valor local, diminuição do preço da eletricidade, ou coinvestimento no projeto e participação nas tomadas de decisão. Igualmente, os Estados-Membros devem promover medidas legislativas e reguladoras no mesmo sentido para investimentos privados em energias renováveis.

Por fim, defendemos mais apoios e incentivos às energias solar e eólica descentralizadas, reduzindo os impactos ambientais e deixando nas comunidades e empresas locais a geração e manutenção da sua própria eletricidade.

4. Aumentar tarifas transnacionais sobre os combustíveis fósseis

Propomos aumentar os preços do carbono para alinhar a Europa com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, através da criação de uma taxa de carbono progressiva e indexada ao nível de desenvolvimento e às emissões de cada país.

Propomos também um reforço do Mecanismo de Ajuste de Carbono da Fronteira da UE, concretizando taxas de carbono fronteiriças e que inflacione, de acordo com a urgência atual, os produtos com elevada pegada carbónica importados de países terceiros. Este reforço procura incentivar externamente a descarbonização da economia.

Queremos reformar, por fim, o regime de comércio de emissões, reduzindo o número de certificados de emissão e incluindo um maior número de sectores industriais, bem como de outros gases com efeito de estufa, na sua esfera de ação.

5. Beneficiar investimento verde

Os apoios financeiros aos diferentes sectores são vários, mas apenas alguns têm em conta a sustentabilidade. De forma a acelerar a corrida à neutralidade carbónica, ao bom estado ambiental e a tornar os bens e serviços ecologicamente responsáveis e mais acessíveis, sugerimos uma majoração ambiental para todos os financiamentos europeus. Esta majoração definiria qual a percentagem de financiamento uma entidade receberia a mais caso o projeto atingisse metas ambientais, como a neutralidade carbónica ou os objetivos do desenvolvimento sustentável.

6. Tecnologias verdes europeias

Queremos a criação do comum «conhecimento de tecnologias verdes europeias» nos sectores da energia renovável, da purificação de água, do tratamento de águas residuais, da remediação ambiental, da gestão de lixo ou eficiência energética, entre outros. Todas as tecnologias desenvolvidas nestes sectores serão de acesso livre, sem possibilidade de patentes. Não há constituição de monopólios e racionamento pelo mercado.

Os centros de investigação privados europeus ativos poderão ter apoio direto da União, consubstanciado numa parceria e financiado por fundos estruturais. Os privados não podem patentear, mas podem informar o público das suas realizações e implicações positivas na necessária sustentabilidade ecológica.

7. Apoiar a sustentabilidade energética

A utilização de equipamentos de produção de energias renováveis deve ser incentivada em substituição da utilização de combustíveis fósseis, causando o mínimo impacto possível na biodiversidade. Propomos enquadramento jurídico de incentivo à utilização de equipamento de produção de energias renováveis em locais onde os mesmos não impliquem a destruição da biodiversidade existente. Incentivamos, também, este enquadramento a espaços de utilização agrícola.

A produção de energia elétrica através de fontes renováveis é, por natureza, intermitente e imprevisível. No entanto, as formas de armazenamento de energia tradicionais não estão preparadas para armazenar grandes quantidades de energia. É, por isso, essencial investir em baterias mais sustentáveis e eficientes para dar suporte à rede elétrica ou investigar outras possibilidades de armazenamento como as oferecidas pelo hidrogénio verde.

Iremos propor a criação de unidades de produção de energias renováveis, no domínio das empresas públicas, de modo a reduzir progressivamente a dependência pública dos combustíveis fósseis, mas também contribuir para alimentar a rede de energia dos diversos Estados-Membros e reduzir os custos para cidadãos, cidadãs e pessoas residentes.

8. Instituição internacional ecológica

Reciprocidade e punição altruística: promovemos a criação de instituições internacionais que balizem os objetivos ecológicos (como o acordo de Paris para as alterações climáticas). Queremos introduzir o conceito de punição altruística nos tratados internacionais de comércio livre, dando o direito a uma comunidade - a UE, neste caso - ou a um país de restringir o acesso ao seu mercado interno, caso não se promovam e desenvolvam de forma clara e inequívoca as necessárias ações que conduzam à sustentabilidade ecológica.

9. Priorizar as comunidades locais na transição

Queremos promover a participação das comunidades locais em projetos de grande impacto ambiental – como a construção de centrais eólicas ou solares – exigindo uma coparticipação ou cofinanciamento das comunidades locais nestes projetos, mitigando desta forma os impactos sociais, ambientais e económicos, garantindo um acesso justo das comunidades aos benefícios gerados pelo projeto.

Um dos grandes problemas da transição digital e energética no espaço da UE (com diferenças entre os Estados-Membros) reside no tempo por vezes demasiado longo para a aprovação de comunidades locais para a produção de energias renováveis. Frequentemente, estas comunidades são prejudicadas pelos impactos causados por estes projetos nas suas terras, sobretudo quando estes são de grande dimensão e competem com outros usos do solo (como a conservação da natureza, a agricultura, a floresta ou o turismo), não obtendo qualquer benefício pela sua instalação e exploração.

Defendemos medidas de justiça distributiva e ambiental para estes projetos que incentivem as comunidades locais a participarem e a tomarem decisões sobre os mesmos. Desta forma, beneficiamos não apenas estas comunidades do ponto de vista social, ambiental e económico, mas também os próprios projetos que passarão a estar desenhados à medida das preocupações e necessidades locais.

10. Interligar a Europa na produção e transporte de energia

Apostamos na melhoria da interligação elétrica entre Estados-Membros de forma a permitir uma maior capacidade de resposta às diferenças de preços *spot* dos vários mercados energéticos a operar na Europa. Esta medida faz parte de um caminho para o Mercado Único Europeu de Energia, onde todas as pessoas têm acesso de igual forma à energia elétrica.

Além da evidente resposta às flutuações de preços, a melhoria da interligação elétrica permite otimizar o uso e distribuição da energia elétrica na União Europeia. Atualmente, os Estados-Membros que mais energia de fontes renováveis produzem, praticam preços que poderão desincentivar o investimento em novas tecnologias, mais sustentáveis.

Defenderemos o investimento no reforço das interligações entre os Estados-Membros, de forma a que a venda de energia de fontes renováveis mais barata a países com menor

acesso a estas mesmas fontes torne os investimentos mais atrativos e promova um acesso mais equitativo à energia a custos reduzidos em toda a UE.

Acreditamos que, desta forma, iremos assegurar mais autonomia e segurança energética, diminuindo a dependência da UE de recursos fósseis provenientes de outros países e regiões.

11. Introduzir uma nova estratégia europeia para as florestas

O Pacto Verde Europeu proporcionou uma proposta de Regulamento Europeu para as Florestas. No quadro de um Novo Pacto Verde e Social Europeu, defendemos a concretização de um Regulamento Europeu para as Florestas que reconheça a imprescindível relevância das florestas europeias enquanto ecossistemas, *habitats*, sustentáculo da biodiversidade, reserva e sumidouro de carbono. As florestas são geradoras de serviços dos ecossistemas múltiplos e são fonte de alimento e matérias-primas variadas, desde as madeiras nobres às resinas e biomassa necessárias à nova bioeconomia europeia.

Defendemos uma visão multifuncional da floresta, com florestas autóctones e com grande prioridade para a presença de espécies endémicas e multiestratificadas. Espécies essas que são sujeitas a uma gestão e monitorização rigorosas, recorrendo à melhor tecnologia e práticas disponíveis (como satélites, deteção remota ou ciência cidadã).

Propomos o aumento dos apoios a projetos de proteção dos recursos hídricos e de incentivo à reflorestação, de modo não apenas a reduzir o desperdício de água mas a apoiar as florestas enquanto ecossistemas essenciais para o ciclo da água. São disso exemplo a captação da água das chuvas e retenção no solo, junto às raízes, cumprindo um papel estratégico na recuperação dos aquíferos e assegurando a evapotranspiração necessária.

No quadro também de uma iniciativa europeia pelo restauro da natureza, propomos que todos os Estados-Membros tenham pelo menos 50% da sua superfície florestada (de acordo com o que é natural e histórico em cada região biogeográfica). Tal promove ativamente a posse e gestão pública, tendendo para pelo menos 50% da área florestal; e salvaguardando sempre, nos territórios prioritários atuais e antecipando migrações de espécies por pressão das alterações climáticas, pelo menos 10% de florestas autóctones (no mínimo, oito espécies nativas) para a biodiversidade, programando uma transição para os 20% ao longo da próxima década.

12. Restaurar a natureza europeia

Cerca de 80% dos *habitats* naturais da União Europeia estão em estado degradado. Numa década decisiva para reverter os impactos das alterações climáticas, é importante que a UE reforce o seu compromisso e o seu programa em reverter esta tendência.

A Lei do Restauro da Natureza, apesar de pouco ambiciosa, estava encaminhada para cumprir este objetivo. Mas acabou por ficar na gaveta após alguns Estados-Membros ameaçarem que não iriam votar a favor da sua implementação. No sentido de dar seguimento a esta lei e torná-la mais ambiciosa, propomos que todos os Estados-Membros:

- tenham pelo menos 50% da sua superfície florestada (de acordo com o que é natural e histórico em cada região biogeográfica);
- promovam ativamente a posse e gestão pública, apontando para, pelo menos, 50% da área florestal;
- salvaguardem nos territórios prioritários atuais - e antecipando migrações de espécies por pressão das alterações climáticas - pelo menos 10% de florestas autóctones (no mínimo, 8 espécies nativas) para a biodiversidade, programando uma transição para os 20%, ao longo da próxima década.

13. Libertar a biodiversidade europeia de todas as armadilhas

A Directiva Habitats, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens, estabelece a proibição do uso de armadilhas não-seletivas nos seus princípios ou condições de utilização de métodos e meios de captura e abate.

Tendo em conta os ratificados princípios gerais de bem-estar e segurança animal, propomos a proibição de captura de espécies de fauna selvagem com recurso a qualquer tipo de armadilha. A isso acresce. A isso acresce regulamentação que garanta critérios claros e estritos para a atribuição de licenças temporárias e excecionais, bem como respetivos mecanismos de controlo, para o caso específico de algumas espécies exóticas. Por esta via, reforçamos a efetiva excecionalidade da sua utilização inscrita de forma genérica, na atual lei nacional ou diretivas europeias.

14. Preparar o futuro

As Soluções Baseadas na Natureza (SbN) oferecem um foco holístico e efetivo para tratar simultaneamente desafios relacionados com a segurança hídrica, a conservação da biodiversidade e as alterações climáticas. Neste sentido, propomos:

- Desenvolver e implementar, a nível europeu, medidas que facilitem a integração de SbN no planeamento e gestão de recursos hídricos;
- Explorar e desenvolver mecanismos financeiros inovadores para apoiar a implementação destes projetos, como títulos verdes (*Green Bonds*), pagos por serviços ecossistémicos, e financiamento baseado em resultados;
- Investir na capacitação, formação, investigação e recompilação de dados, com o fim de documentar o desempenho e os benefícios das SbN e comprovar a integração de conhecimentos e práticas tradicionais.

15. Criar o Plano de Prevenção, Proteção e Adaptação de Catástrofes

Reforçamos a proteção das pessoas e das comunidades perante as catástrofes naturais. É por isso que queremos criar o Plano Europeu contra o Risco Sísmico e Hidrogeológico, que direcione fundos para:

- a classificação dos riscos e elaboração de cartas de risco disponíveis publicamente;
- a reabilitação de infraestruturas altamente vulneráveis;
- novos padrões de construção;
- a manutenção das regiões em risco.

O Plano usará, por fim, o Fundo Europeu de Solidariedade para apoiar, a nível local, o desenvolvimento de estratégias de preparação e resposta em caso de catástrofe.

16. Reduzir todas as formas de poluição na Europa

Lutamos por um planeta com cada vez menores níveis de poluição, desenvolvendo um sistema integrado de gestão de resíduos para combater estes mesmos níveis na Europa e no resto do mundo.

Ambicionamos proibir as lixeiras a céu aberto e introduzir novos regulamentos para assegurar que as normas de gestão dos aterros obedecem a padrões suficientemente elevados para proteger a água da poluição. Queremos reduzir drasticamente a exportação

de resíduos, financiando a investigação em métodos de reciclagem e em materiais biodegradáveis para melhorar a gestão europeia dos resíduos. Para além disso, queremos avançar com a discussão e adoção de normas europeias para a ecomodulação de resíduos de embalagens, de modo a melhorar a eficácia da sua reciclagem.

Iremos introduzir regulamentos para restringir a poluição por metais pesados (que envenenam a água), a poluição farmacêutica (que desenvolve superbactérias resistentes aos antibióticos) e os microplásticos (que prejudicam a vida aquática).

Para combater a poluição por plásticos, apoiaremos também uma taxa europeia sobre a sua produção. Atualmente, os Estados-Membros são sancionados pela União Europeia se não cumprirem as metas de reciclagem de plástico. No entanto, não existem incentivos para que as empresas deixem de usar plástico nos seus produtos. Propomos, portanto, taxar os produtores de plástico e criar incentivos às empresas que optem por produtos sustentáveis.

Não só é necessário lutar contra a poluição de resíduos, como também a necessidade de reduzir a poluição sonora e luminosa dentro da UE.

17. Concretizar a Transição Azul para a Europa

Queremos uma Transição Azul na Estratégia Marinha Europeia, introduzindo legislação que mantenha a pesca em níveis abaixo do Rendimento Máximo Sustentável e investindo mais recursos do Orçamento da União em pescarias de pequena escala. Iremos expandir as Áreas Marinhas Protegidas na UE, de modo a proteger o ecossistema marinho; defendemos o compromisso de atingir o bom estado ambiental de todas as massas de água da União Europeia.

Respeitamos os nossos oceanos, desviando-nos de um modelo que os encara como depósito de lixo e defendemos a implementação do Tratado dos Plásticos na União Europeia. É necessário ainda melhorar o sistema de monitorização da poluição nos oceanos, para reduzir a quantidade de resíduos nas nossas águas.

Na mobilidade marítima, queremos transitar para um turismo sustentável e de baixo impacto, descarbonizar o sector do transporte marítimo e incluí-lo no Comércio Europeu de Licenças de Emissão da UE. Além disso, é imperativo implementar metas de redução de emissões na Organização Marítima Internacional, para reduzir as emissões do sector. Suspendemos ainda os subsídios a atividades que prejudiquem a saúde do oceano e iremos promover o investimento em tecnologias limpas para os transportes marítimos.

18. Criar o novo Pacto para os Oceanos da UE

Queremos colocar o oceano no centro do processo de decisão da UE. De modo a ultrapassar a abordagem fragmentada na elaboração de políticas, apelamos à UE para que crie uma Comissão dos Oceanos no Parlamento Europeu – substituindo algumas das atuais comissões, como a Comissão das Pescas e a Comissão dos Transportes e Turismo, no que diz respeito a assuntos marítimos – de forma a garantir coerência entre políticas sectoriais relacionadas com o Oceano.

Esta comissão será responsável pela criação dos seguintes instrumentos:

- a criação do Pacto para os Oceanos da UE, que deve integrar a legislação existente relacionada com o meio marinho e assegurar a coerência entre as diferentes políticas sectoriais, tornando-as simultaneamente adequadas para preservar e proteger o nosso oceano;
- a criação do Fundo Europeu para o Oceano, baseando-se em duas componentes: uma dedicada às medidas para a recuperação e conservação a longo prazo do meio marinho; outra dedicada à transição dos sectores económicos dos oceanos para atividades mais sustentáveis, justas, descarbonizadas e de baixo impacto.

Sugerimos ainda a criação de um Vice-Presidente para o Ambiente e o Oceano e que, em Presidência do Conselho, se realizem reuniões conjuntas dos ministros do Ambiente, da Energia, das Pescas e dos Transportes, a fim de realizar e acompanhar os progressos na aplicação do acordo sobre os Oceanos.

19. Implementar uma Moratória para a mineração em mar profundo em toda a UE

Defendemos a implementação da moratória relativa à mineração em mar profundo nas águas sob jurisdição de todos os Estados-Membros da UE, apoiando também, na diplomacia internacional, uma moratória idêntica para as águas internacionais.

20. Utilizar critérios ecológicos para o uso de tecnologias *offshore*

A instalação de estruturas para fins de produção de energia eólica *offshore* é frequente nos Estados-Membros do norte europeu, na proximidade à costa, e encontra-se planeada para distâncias e profundidades maiores, em Estados-Membros como Portugal. Existe uma significativa escassez de dados e conhecimento científico quanto aos impactos destas

estruturas (de instalação, de vibrações, ruído e electromagnetismo) na biodiversidade marinha (como aves, cetáceos e peixes). Como tal, defenderemos energias renováveis marinhas compatíveis com a biodiversidade, excluídas das áreas classificadas e daquelas em vias de classificação ou tendentes a tal, e que sejam adotados critérios ambientais rigorosos na implantação de energias renováveis *offshore*, sejam estas eólicas, das ondas ou das marés. Assim, cumpriremos os objetivos da UE em matéria de energias renováveis, minimizando os impactos no meio marinho.

21. Lutar pelo Direito Fundamental à água e saneamento básico

Todas as pessoas têm o direito à água limpa e ao saneamento básico. Queremos consagrar o “Direito à Água e ao Saneamento Básico” na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e introduzir uma moratória em toda a liberalização dos serviços de água e saneamento.

Defendemos que todos os Estados-Membros invistam em recursos hídricos públicos e forneçam apoio adicional às famílias que não podem pagar a água. Apresentaremos um plano para reflorestação de zonas sensíveis à desertificação, promovendo o aumento das reservas de água, articulando este objetivo com a nova Estratégia Europeia para as Florestas.

22. Criar o Padrão de Bem-Estar Animal para toda a UE

Queremos conciliar as leis de proteção animal num novo Padrão de Bem-Estar Animal, com o objetivo de proteger os animais do abuso e do desrespeito por parte da indústria e combatendo a degradação ambiental.

Visamos o bem-estar dos animais que vivem em explorações pecuárias, destinados à indústria alimentar, e que devem ser mantidos de acordo com as necessidades e características da sua espécie, possuindo também o direito a uma morte condigna e sem sofrimento desnecessário. Este padrão incidirá ainda sobre o combate a outras práticas, como a criação de animais com deficiências, a alimentação forçada, práticas de gestação cruéis e o transporte de animais vivos, através de uma melhor regulação e maior fiscalização da utilização de animais na indústria.

Sugerimos ainda a criação de uma base de dados única online (registo único europeu) de *microchips* para animais de companhia, que uniformize e reúna num mesmo lugar os vários registos nacionais dos Estados-Membros.

Em nome do bem-estar animal, é necessário promover a colaboração entre Estados-Membros para o estabelecimento de corredores internacionais entre áreas protegidas e a remoção de barreiras obsoletas, acabando com a grande fragmentação dos ecossistemas que existe na Europa. Esta fragmentação prejudica a mobilidade de espécies-chave como os grandes herbívoros, lobos e castores. No contexto europeu, este assunto requer uma colaboração entre Estados-Membros, já que há áreas naturais partilhadas e, naturalmente, a natureza não se rege pelas fronteiras humanas.

23. Acabar com práticas cruéis na pecuária europeia

Introduziremos novas regras que incidam sobre as condições de criação, a utilização de antibióticos e o transporte de animais na indústria. Após o mundo ter assistido aos terríveis impactos da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, torna-se urgente a prevenção ativa contra as zoonoses e a resistência antimicrobiana.

Queremos proibir as mega explorações pecuárias e a crueldade contra os animais na agricultura industrial. Face à ausência de ação por parte da Comissão Europeia (na sequência da Iniciativa de Cidadania Europeia que reuniu mais de 1.4 milhões de assinaturas contra o fim da utilização de jaulas para animais de pecuária na UE), iremos prosseguir esta luta iniciada pelas pessoas para libertar o continente das más práticas de confinamento animal.

No que diz respeito ao transporte de animais vivos, iremos pugnar pela proibição da exportação por via marítima ou aérea e continuaremos a lutar por um máximo de 8 horas (com 4 horas para certas espécies) ou 300 quilómetros de tempo e distância de transporte por terra.

Procuraremos concretizar, numa proposta legislativa, a Iniciativa de Cidadania Europeia para uma Europa sem uso de peles de animais.

Defendemos uma Política Alimentar Comum que redirecione os apoios atualmente dirigidos a práticas insustentáveis na pecuária para a melhoria dos sistemas de alojamento e das práticas de gestão, no interesse do bem-estar animal.

24. Libertar os rios europeus

Os rios europeus têm várias barreiras (como açudes ou barragens) que foram sendo construídos ao longo da história com vários objetivos, sobretudo o de reter água para uso individual ou agrícola. Contudo, essas barreiras criaram impactos ambientais significativos num dos ecossistemas mais sensíveis a nível global.

Durante uma crise da biodiversidade tão profunda como a que atualmente atravessamos, a remoção de barreiras fluviais que não têm mais uso e que podem implicar um problema de segurança devido à falta de manutenção, irá:

- mitigar os impactos na biodiversidade, sobretudo a livre deslocação de peixes e outros seres vivos;
- permitir o transporte natural de nutrientes e sedimentos;
- reduzir a evaporação, crucial em países que enfrentam o risco de seca e desertificação;
- aumentar a qualidade da água, reduzindo os custos locais de manutenção e acesso.

A remoção destas barreiras tem vindo a ser promovida nos últimos anos, com a remoção de 487 barreiras em 2023: um número recorde. É necessário persistir nesta missão e libertar 50.000km de rios e ribeiras na União Europeia até 2030, mas também acompanhá-la com outras medidas igualmente importantes de restauração, como a recuperação da vegetação ripícola, a proibição de descargas de efluentes tóxicos ou a remoção de espécies invasoras. Com estas medidas, antevê-se também a recuperação da pesca, uma fonte alimentar local e autossustentável no passado.

F. Agricultura e Pescas

A agricultura está no centro da ação humana diretamente ligada ao Ambiente. É uma atividade com impactos diretos na biodiversidade e nas alterações climáticas. Na Europa, tem-se caminhado para padrões de produção cada vez mais exigentes, para garantir alimentos e outros produtos de qualidade, assegurando boas práticas laborais e ambientais. No momento em que nos encontramos, não podemos recuar no compromisso com o futuro. A agricultura europeia recebe a maior parte das dotações do orçamento comunitário, mas é contribuinte líquida para o PIB da UE. A implementação de práticas agrícolas sustentáveis requer, por vezes, períodos prolongados de adaptação, pelo que o apoio comunitário se justifica – interromper estes apoios é faltar aos compromissos assumidos para o longo prazo. Da mesma forma, os esforços de redução faseada dos fatores de produção baseados em combustíveis fósseis não podem ser abandonados. A Europa precisa de uma estratégia clara e firme para a agricultura, que combata as alterações climáticas, preserve o meio ambiente e encha de resiliência o sector agroalimentar.

A pesca, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao ambiente marinho. A abundância, qualidade e diversidade de espécies depende diretamente do estado dos oceanos. Para isso, a União Europeia tem caminhado com a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha e Política Comum de Pescas para uma pesca sustentável; um caminho que está longe de estar concluído. A meta para o bom estado ambiental – delineada pela Diretiva-Quadro Estratégia Marinha para os oceanos da União Europeia – ainda não foi atingida e as diferenças entre regiões são severas. Muitos dos *stocks* de pesca da União Europeia continuam sobre-explorados com baixos níveis de reprodução e as espécies têm as suas populações marinhas ameaçadas. A gestão das pescas na União Europeia pode ir mais além.

1. Transformar as políticas de agricultura e de ordenamento do território

Os desafios do futuro requerem respostas no presente. É urgente procurar alternativas e novos modos de produção, trabalho e comércio, consentâneos com as exigências da sustentabilidade e de justiça social. É necessário combater o abandono das zonas rurais e o envelhecimento da população ligados à agricultura, sendo por isso importante apoiar as novas gerações que queiram trabalhar neste sector. Defendemos medidas de financiamento de projetos agrícolas para jovens. Ainda neste âmbito, apoiamos as taxonomias de exploração agrícola que se possam integrar numa estratégia de resiliência agroalimentar,

em particular no fomento do sector cooperativo e no combate à concentração de capital. Privilegiamos também a cooperação produtiva entre Estados-Membros.

Transformaremos as políticas de agricultura e ordenamento do território, de modo a garantir a segurança a nível alimentar e de recursos naturais, reforçando a sustentabilidade ambiental. Começaremos por alinhar a Política Agrícola Comum (PAC) com outras políticas, como as Diretivas Aves e Habitats, a Diretiva-Quadro da Água, a Diretiva Nitratos, a Diretiva de Uso Sustentável de Pesticidas, a Diretiva de Redução das Emissões de Poluentes Atmosféricos e a Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha.

Igualmente, promovemos um desvio da agropecuária intensiva em grande escala no sentido de práticas sustentáveis e de pequena escala, nomeadamente redirecionando os subsídios da Política Agrícola Comum para o fomento da agricultura ecológica e da permacultura, bem como para a investigação destes temas.

Acreditamos que a União Europeia deve ter como objetivo a sua resiliência em alimentos de qualidade, ao mesmo tempo que reduz a dependência da exportação comercial e do *dumping* agrícola.

Sabemos que a agricultura europeia não está desligada do resto do mundo. As trocas comerciais entre a UE e os seus parceiros têm consequências para as práticas ambientais, laborais e comerciais noutras regiões do planeta; é nossa responsabilidade fazer as escolhas certas. Por isso, rejeitaremos os acordos de comércio que coloquem em causa os Direitos Humanos e a sustentabilidade à escala internacional, e exigiremos o esclarecimento da posição da União quanto à circulação de bens agrícolas provenientes da Ucrânia, no contexto do apoio a este país.

A gestão da água é também uma questão crucial para a agricultura e para a sustentabilidade ambiental. A PAC deverá, por isso, reconhecer e priorizar a gestão eficiente dos recursos hídricos como parte integrante das suas políticas. Para tal, propomos direccionar o investimento do 2º Pilar (Desenvolvimento Rural) para o investimento em infraestrutura para captura, armazenamento e distribuição de água, bem como práticas agrícolas que minimizem o uso excessivo e a poluição dos recursos hídricos.

2. Apoiar o progresso na frente da sustentabilidade

Somos pela celebração da biodiversidade europeia. Desta forma, apoiamos a silvicultura no aumento da biodiversidade e na adaptação às alterações climáticas. Promovemos a

reflorestação e a reconversão florestais, numa estratégia de harmonia e reforço de instrumentos jurídicos europeus, como a Lei do Restauro da Natureza – uma lei que teremos de proteger a todo o custo perante as tentativas da direita e extrema-direita de a fazer cair, colocando em causa as nossas metas ecológicas e ambientais.

Ao mesmo tempo, não deixamos de alertar para o problema do *greenwashing*, condenando políticas ineficazes e estratégias baseadas nas aparências. Para além disto, criticamos propostas baseadas em soluções de mercado, na lógica neoliberal, para os problemas estruturais nos sectores críticos.

Não aceitamos o recuo na estratégia percorrida até aqui, como disso é exemplo a suspensão de medidas de proteção ambiental na agricultura, que constituem uma cedência a interesses nacionais de mote eleitoralista. Exigimos esclarecimentos sobre a execução da PAC no que aos apoios à agricultura sustentável disser respeito.

Para além disto, aumentaremos a contribuição da Europa para a rede Natura 2000, de áreas protegidas e para os sistemas agrícolas e florestais de alto valor natural, assim como para todos os corredores ecológicos e áreas de tampão necessárias.

Acreditamos que as estratégias de fomento podem ser melhoradas. Num mundo de desperdício ubíquo, há que repensar os apoios à aquisição de equipamento. Promovemos a alteração das normas a nível comunitário, para que sejam elegíveis para apoio os equipamentos usados com garantia (incluindo maquinaria, estufas e motores de rega) e não apenas material novo.

Vamos também procurar desenvolver normas para apoios e restrições no sistema "agrovoltaico", para que a instalação de centrais solares em solos agrícolas não implique perda de atividade agrícola e antes seja um complemento à atividade. Defendemos ainda o financiamento da conversão de estufas aquecidas a gás natural para aquecimento com sistemas de Água Quente Sanitária (AQS), com a eliminação gradual do aquecimento com gases de origem fóssil.

3. Preparar o futuro

Os desafios do futuro requerem respostas no presente. É urgente procurar alternativas e novos modos de produção, trabalho e comércio, que sejam consentâneos com as exigências da sustentabilidade. É necessário combater o abandono das zonas rurais e o envelhecimento da população ligada à agricultura, sendo por isso importante apoiar as

novas gerações que queiram trabalhar neste sector. Por isso, defenderemos medidas de financiamento de projetos agrícolas para jovens. Ainda neste âmbito, apoiamos as taxonomias de exploração agrícola que se possam integrar numa estratégia de resiliência agroalimentar, em particular no fomento do sector cooperativo e no combate à concentração de capital. Privilegiamos também a cooperação produtiva entre Estados-Membros.

Rejeitamos os acordos de comércio que coloquem em causa os Direitos Humanos e a sustentabilidade à escala internacional, e exigiremos o esclarecimento de qual a posição que a União terá quanto à circulação de bens agrícolas provenientes da Ucrânia, no contexto do apoio a este país.

Neste espírito, abraçamos os seguintes desafios:

- defender a aplicação de mecanismos de regulação de mercado que proíbam o pagamento aos agricultores abaixo do valor do custo de produção;
- promover a alteração das normas ao nível comunitário para que sejam elegíveis para apoio equipamentos usados com garantia, incluindo maquinaria, estufas, motores de rega, etc, e não apenas material novo;
- defender o financiamento da conversão de estufas aquecidas a gás natural para aquecimento com Água Quente Sanitária (AQS) com a eliminação gradual do aquecimento com gases de origem fóssil;
- desenvolver normas para apoios e restrições no sistema "Agrivoltaico" para que a instalação de centrais solares em solos agrícolas não implique perda de atividade agrícola e antes seja um complemento à atividade;
- defender a proibição, ou redução para menos de 10%, da mistura de produtos da UE e de fora da UE, com rotulagem que torne explícita a mistura ou ausência dela.

4. Gerir com base na ciência

É preciso adotar uma gestão baseada na ciência e seguir os pareceres sobre os Totais Admissíveis de Captura de entidades como a *International Council for the Exploration of the Seas* (ICES), a *General Fisheries Commission for the Mediterranean* (GFCM) ou a *Northwest Atlantic Fisheries Organization* (NAFO) para a gestão das pescas e acabar com a sobrepesca. Sendo a pesca um dos responsáveis pela contaminação dos oceanos com plásticos, temos de apostar nos estudos de materiais biodegradáveis mais resistentes e aplicá-los ao sector.

5. Aumentar a proteção marinha

Temos de tomar passos concretos para interditar a pesca de arrasto de fundo e de outras formas de pesca intensiva e danosa para os ecossistemas marinhos em áreas marinhas protegidas. De forma a proteger e restaurar ecossistemas e espécies vulneráveis, propomos interditar a expansão das áreas atuais onde existe esta prática. É urgente acelerar a criação de novas áreas marinhas protegidas, de forma a atingir o objetivo da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, garantindo o estatuto de proteção a 30% das águas europeias, sendo que 10% devem ser áreas livres de pesca (áreas *no-take*). Devemos ainda tomar passos na aplicação progressiva de uma abordagem da gestão da pesca assente nos ecossistemas, que permitirá uma exploração mais sustentável dos recursos pesqueiros.

6. Monitorizar o mar e as pescas

Defendemos um regulamento de controlo que, onde possível, possa antecipar a implementação de medidas como a instalação de equipamentos de *vessel monitoring systems* (VMS) em embarcações de pesca de pequena escala. Esta monitorização dificultará práticas de pesca ilegal, não-declarada e não-regulamentada (INN) e aumentará a rastreabilidade dos produtos de pesca, para que o consumidor faça escolhas mais informadas. Devemos ainda providenciar os recursos necessários às autoridades responsáveis pelo controlo e monitorização das atividades pesqueiras para realizarem o seu trabalho de forma eficaz e combaterem a pesca INN.

7. Garantir a segurança alimentar e a cooperação

Apoiamos a criação de cooperativas de produtores, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e dar estabilidade ao sector. Defendemos ainda uma cogestão de certas pescarias pelas comunidades costeiras que delas dependem, numa parceria entre os diferentes atores-chave (pescadores, autoridades, cientistas, organizações não-governamentais e outros). Por último, queremos uma transição para uma pesca justa e de baixo impacto (em termos de capturas acessórias, destruição de *habitats*, qualidade de empregos e emissões de carbono), reconhecendo o desafio em encontrar uma transição justa para quem vive da pesca e, por isso, dar importância ao reforço de um diálogo construtivo.

8. Promover a alimentação saudável - Regime Escolar

O LIVRE propõe aumentar o acesso à alimentação saudável e a promoção de hábitos de consumo sustentáveis. Este reforço é feito através do programa comunitário do Regime Escolar, que pretende promover o consumo de frutas e produtos hortícolas junto das crianças em idade escolar. Para isso, este programa deverá acolher uma dotação orçamental que permita aos Estados-Membros o fornecimento diário de produtos hortofrutícolas, a inclusão semanal das leguminosas e a realização de uma ação anual relativa à agricultura e alimentação saudável.

Isto permitiria a aproximação ao objetivo central da criação do Regime Escolar, expandindo-o para:

- atingir a formação de hábitos quotidianos de alimentação saudável;
- reforçar a agricultura regional e nacional dos países-membros;
- reforçar a educação em torno da produção e consumo de alimentos de forma sustentável.

G. Política Externa

À medida que o mundo se torna cada vez mais interligado e os desafios globais se multiplicam, a afirmação da União Europeia no cenário internacional torna-se crucial. Num contexto de crescente complexidade geopolítica, a política externa e de defesa da UE desempenha um papel fundamental na promoção da estabilidade, da segurança e da paz, tanto dentro como além-fronteiras, mas também na defesa do acesso universal à saúde, educação, habitação, a uma alimentação saudável e aos Direitos Humanos.

No entanto, para maximizar a sua influência e eficácia, a União Europeia enfrenta a necessidade de reformas significativas. Urgem medidas abrangentes para fortalecer e aprimorar a posição da UE no mundo: desde a reforma dos processos de decisão interna até ao reforço de questões cruciais como os Direitos Humanos, a paz, a sustentabilidade ou a adoção de uma política externa feminista.

Igualmente importante será um modelo de Estado-Providência: um modelo baseado na Democracia, no multilateralismo e no combate às desigualdades e à discriminação como condições de integração e permanência na União, sendo um vetor fundamental da nossa Política Externa. Face ao peso do monetarismo e do neoliberalismo na globalização atual, não podemos desvalorizar estes valores aquando do funcionamento da UE e do aprofundar de relações com países terceiros.

Através da adoção de políticas mais inclusivas, assertivas e progressistas, a UE não protegerá só os seus interesses. Também desempenhará, numa sociedade em rápida transformação, o seu papel na construção de um mundo mais justo, pacífico e sustentável para todos.

1. Defender o direito à autodeterminação de todos os povos e o Direito Internacional

Com vista a este objetivo, condenaremos todas as invasões e agressões a países com fronteiras internacionalmente reconhecidas, procurando promover soluções diplomáticas e multilaterais conjuntamente com a UE e a ONU.

Apelamos, conseqüentemente, à resolução pacífica e democrática de qualquer movimento de autodeterminação dentro da União Europeia, devendo a resolução ser articulada entre o próprio movimento e o Estado-Membro, de forma a evitar qualquer tipo de violência ou repressão política.

Defendemos, em particular, a autodeterminação do povo saaraí na luta contra a ocupação do Saara Ocidental por Marrocos e a promoção, conforme definido na Carta da ONU, da sua proteção e de um processo credível para um referendo.

2. Apoiar a Ucrânia na defesa contra a invasão russa

Consideramos a invasão da Ucrânia pela Rússia ilegítima e ilegal. Prosseguimos a condenação pública à agressão russa, promovendo a política de sanções da União Europeia à oligarquia russa. Apoiamos todas as diligências da justiça internacional, em particular do Tribunal Penal Internacional, para a investigação de crimes de guerra. Procuraremos também soluções para precaver os direitos de pessoas inocentes de cidadania russa a viver legalmente na União Europeia. Defendemos a necessidade de ajuda internacional, para que o povo ucraniano possa exercer o seu direito de defender-se com os meios militares adequados contra a agressão da Rússia.

3. Reconhecer a Palestina como Estado Independente

Lutamos pelo reconhecimento do Estado da Palestina como um Estado Independente, em consonância com as fronteiras de 1967 definidas pelas Nações Unidas, defendendo o direito à autodeterminação do povo palestino, com vista à implementação da solução de dois Estados internacionalmente reconhecidos – Israel e Palestina – como condição necessária à paz e à segurança na região.

Apoiamos e promoveremos, com a UE e a ONU, o cessar-fogo imediato e definitivo na Faixa de Gaza e a entrada de ajuda humanitária à população. Condenamos todas as ações que ultrapassam o contemplado no Direito Internacional Humanitário, incluindo a continuação da política de colonatos e as ações de ocupação e opressão de Israel na Cisjordânia. Apoiaremos, igualmente, todas as diligências da justiça internacional para investigação de crimes de guerra e de genocídio. Condenamos todos os actos de terrorismo, pela sua natureza e por alimentarem as forças hostis à solução de dois Estados.

4. Acabar com o voto por unanimidade na Política Externa

A capacidade da União Europeia agir em unísono é uma das suas mais-valias na política externa. Contudo, esta capacidade é regularmente limitada pelo facto da política externa ser

uma área que requer unanimidade. Esta prática faz com que a nossa resposta seja mais lenta, menos ambiciosa e suscetível a chantagens por parte de certos Estados-Membros.

Defendemos, assim, uma reforma dos Tratados da União Europeia ao nível da implementação do voto por maioria qualificada em questões de política externa, em vez do atual voto por unanimidade.

5. Adotar uma Política Externa feminista

Afirmamo-nos como feministas e defendemos a integração da “Agenda Mulheres, Paz e Segurança” na política externa da UE, nomeadamente na abordagem aos conflitos e o seu impacto específico em mulheres e meninas. Defendemos maior foco na proteção contra a violência sexual em conflitos e a participação das mulheres nos processos de paz e de segurança, apoiando os seus papéis de construtoras da paz na prevenção e resolução de conflitos.

6. Apoiar os defensores de Direitos Humanos e lutar por um novo Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia

Os defensores de Direitos Humanos são cruciais para a defesa da democracia, do estado de direito e dos Direitos Humanos no mundo inteiro. Enquanto atores que criticam políticas, práticas e governos para expor violações de Direitos Humanos, estão expostos a ameaças, violência e represálias por parte dos atores que criticam. O preço pago pela defesa dos valores universais que defendemos é frequentemente a sua própria segurança. Todos os defensores de Direitos Humanos merecem o nosso apoio político, financeiro e, quando requerido, humanitário. Os defensores de Direitos Humanos são frequentemente visados ou atacados, seja porque razão for: porque são mulheres, jovens, pessoas LGBTQI, indígenas, defensores do clima, membros de uma determinada religião ou crença, de uma minoria étnica, ou porque têm deficiência, entre outras múltiplas razões. Por vezes, são visados precisamente pela combinação de várias destas características. A UE tem um papel fulcral na promoção e proteção dos Direitos Humanos e da Democracia no mundo, que não pode abandonar. Lutaremos pela renovação do Plano da UE para os Direitos Humanos e Democracia, assim como um reforço financeiro dos mecanismos destinados ao apoio de defensores, nomeadamente os fundos de emergência consagrados à sua proteção.

7. Descolonizar e reparar o passado

Acreditamos que a Política Externa da União Europeia deverá incluir uma abordagem abrangente da descolonização, incentivando os Estados-Membros a refletirem e a reconciliarem-se com os seus passados coloniais, com uma política de reparação mais forte e justa.

Urge promover acordos comerciais justos e equitativos com países anteriormente colonizados, visando corrigir desequilíbrios históricos e garantir uma distribuição mais igualitária dos benefícios do comércio internacional.

A União Europeia deverá também pressionar por medidas concretas que aliviem as dívidas dos países afetados pela colonização europeia, permitindo-lhes investir no seu próprio desenvolvimento. Tal poderá ser alcançado através de programas de perdão da dívida e de assistência financeira, mas também de apoio a iniciativas de desenvolvimento sustentável e social.

8. Uma Política de Defesa Comum

Perante as ameaças cada vez mais diversificadas e complexas que enfrentamos, temos de reforçar a nossa capacidade de defesa coletiva e de resposta a crises. Apenas conjuntamente poderemos continuar a dar resposta a questões como a invasão da Ucrânia pela Rússia ou a necessidade de reduzir a dependência da União Europeia em relação à OTAN.

Defendemos o aprofundamento de uma Política de Defesa Comum, alavancada na partilha de recursos, equipamentos, boas práticas, recursos humanos e conhecimentos dos Estados-Membros. Este aprofundar aumentará a capacidade de resposta e permitirá uma ação mais eficaz e coordenada em caso de emergência.

Com uma Política de Defesa Comum, reforçamos a posição da União Europeia em negociações de segurança global, permitindo à UE um papel mais proeminente na promoção da estabilidade e da paz em todo o mundo e contribuindo, de forma coerente, unificada e independente para a prevenção e resolução de conflitos.

9. Prosseguir com o alargamento da União Europeia

O alargamento da União Europeia é uma estratégia fundamental para promover a estabilidade, a prosperidade e a cooperação, dentro e fora das fronteiras europeias. Este processo deverá ser conduzido de forma cuidadosa e criteriosa, mantendo os valores democráticos e o Estado de Direito como pilares inabaláveis. As negociações em andamento com a Ucrânia e a Moldavia, bem como o caminho em direção à adesão plena dos países dos Balcãs Ocidentais, representam oportunidades importantes para fortalecer os laços entre estes países e a União Europeia.

No entanto, lutamos pelo respeito dos critérios de adesão, com especial foco na Democracia interna e no respeito ao Estado de Direito. Qualquer aceleração do processo de alargamento por motivos geopolíticos deverá ser firmemente rejeitada, garantindo que a integração de novos membros seja baseada no cumprimento dos critérios estabelecidos. Estes são essenciais em qualquer processo de candidatura, garantindo que a adesão à UE fortalece os valores de Democracia, Liberdade e Justiça em toda a região.

Igualmente, trabalharemos por um alargamento aberto a qualquer Estado vizinho que demonstre um compromisso sólido com os princípios democráticos e cumpra os requisitos estabelecidos, nomeadamente a defesa dos Direitos Humanos.

Por fim - e porque acreditamos que a União Europeia deve defender padrões elevados para a adesão, que incentivem os seus vizinhos a respeitar os Direitos Fundamentais e a proteger a Democracia e o Estado de Direito - desenvolveremos novos critérios de adesão. Entre outros, incluem-se nestes critérios a segurança social entre cidadãos, cidadãs e pessoas residentes, os níveis de desigualdade ou as condições de trabalho.

10. Incluir a UE na reestruturação do Conselho de Segurança da ONU

Perante uma nova ordem multipolar que se cimenta no panorama global, em grande parte devido à ascensão dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, torna-se evidente a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, algo que já se discute em grande escala. Este órgão, que tem por missão desempenhar um papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais, tem de refletir a atual dinâmica geopolítica perante a cada vez maior pressão dos BRICS, necessitando de ser atualizado na sua composição.

Urge um modo de funcionamento mais democrático nas principais decisões de segurança internacional, com o fim do direito de veto dos Estados representados, bem como o aumento do seu número ou a criação de uma nova categoria de membros com estatuto especial. Perante a cada vez maior pressão para a inclusão dos BRICS na composição do Conselho de Segurança da ONU, queremos garantir uma representação mais equilibrada, legítima e que represente melhor o cenário internacional - em contraste com uma distribuição de lugares feita no pós-II Guerra Mundial.

Neste contexto, a União Europeia também deverá reivindicar um papel central na reestruturação do Conselho de Segurança. Como entidade supranacional que promove valores democráticos e de Direitos Humanos, e como uma das maiores economias do mundo, a União possui uma legitimidade única para ocupar um lugar permanente neste órgão.

Impõe-se a reflexão sobre o papel da França enquanto única potência nuclear da UE e membro permanente do atual Conselho de Segurança. O objetivo em causa é uma maior representatividade da UE no cenário global e a sua cada vez maior afirmação na política externa e de segurança.

11. Venda de armas e os seus controlos

Lutamos pelo fim imediato de todas as vendas de armas a Estados com registos de violação de Direitos Humanos, bem como regulamentos europeus mais estritos sobre exportações de armas. Exigimos transparência no lóbi das empresas do "complexo militar-industrial" em Bruxelas.

Defendemos ainda que todos os Estados-Membros assinem o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares para acabar com a corrida global ao armamento.

H. Migração e Asilo

Lutamos por uma Europa humanista, progressista e onde todas as pessoas se sintam em casa, independentemente da sua origem. Numa União de valores como a igualdade e a celebração da diversidade, precisamos de uma postura firme contra as forças que pretendem o retrocesso. Este caminho terá, obrigatoriamente, que combater a xenofobia, o racismo, a homofobia ou a transfobia; cada pessoa deve, sem medo, expressar a sua visão social, cultural, religiosa e do mundo.

É essencial garantir a implementação e renovação do Plano Europeu de Combate ao Racismo em 2025, em estreita colaboração com a sociedade civil, para enfrentar a discriminação étnica e promover a igualdade, trabalhando para que os Estados-Membros desenvolvam e executem planos nacionais de combate à discriminação e promoção da inclusão social.

Igualmente, pugnamos por uma maior representatividade de todas as minorias étnicas nas instituições europeias, mas também nos processos políticos e nas tomadas de decisão, valorizando a diversidade europeia e ouvindo toda a sociedade.

O nosso caminho deverá passar por uma verdadeira União, com um sistema pan-europeu que garanta corredores legais e seguros para quem a procura, como pessoas migrantes e refugiadas, respeitando os Direitos Humanos e o Direito Internacional; onde ninguém esqueça a sua integração na sociedade e o combate às causas da migração involuntária desde a sua origem. Só assim garantimos uma Europa diversificada e multifacetada, onde não fechamos a porta a quem pretende uma vida digna.

1. Construir um sistema comum de asilo mais humanista

Precisamos de um novo Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) que respeite as leis internacionais e que garanta os Direitos Fundamentais de quem procura a Europa como porto seguro. Mas também precisamos de um sistema que vá mais longe, garantindo uma devida proteção a todos os refugiados que tenham direito a este estatuto por uma via diferente da tradicional, constante da Convenção de 1951 sobre Refugiados - como poderá ser o caso de ativistas de Direitos Humanos, do clima ou de pessoas LGBTQIA+.

O SECA deve proteger o princípio da não-devolução, proibindo os Estados-Membros de devolver pessoas a lugares onde corram o risco de ver desrespeitados os seus direitos

(incluindo situações de perseguição, tortura ou maus-tratos), mas também outras violações graves de Direitos Humanos.

Lutaremos para acabar com o sistema de controlo e registo (*hotspot*) das pessoas migrantes nos países de entrada na União Europeia, e para melhorar rapidamente as suas condições de vida antes, durante e após o seu percurso migratório. Por exemplo, os centros de detenção das pessoas migrantes e refugiadas terão de ser fechados, nomeadamente aqueles onde se verifica a detenção de crianças. As instalações de receção deverão garantir o respeito pelos Direitos Humanos, no que toca ao acesso à saúde, à educação, à habitação digna e ao aconselhamento legal. São necessários espaços específicos onde mulheres, crianças e outros grupos mais vulneráveis sejam protegidos perante situações de abuso ou violência. Por fim, os procedimentos de asilo não deverão ser externalizados para outros países, como tem sido discutido nas propostas de reforma da Comissão Europeia.

O processo de requisição de asilo deverá proporcionar uma decisão rápida, informada e de acordo com os princípios legais. As pessoas requerentes de asilo terão de ter direito a informações escritas sobre todo o processo de asilo numa língua que compreendam, incluindo tópicos como as autoridades competentes, os requisitos formais e os prazos para aquisição do respetivo estatuto. Deverão ter, também, direito a assistência jurídica qualificada, mas também a serviços de tradução e interpretação gratuitos.

O prazo de resposta aos pedidos de asilo deverá ser de poucos meses – e não de anos, como é comum atualmente.

As decisões de concessão de asilo deverão ser reconhecidas mutuamente entre os Estados-Membros, permitindo que as pessoas refugiadas circulem livremente entre as fronteiras da União - como qualquer outra pessoa cidadã europeia - e se estabeleçam onde tiverem melhores perspetivas de emprego, maior facilidade de reunião familiar e maior facilidade relativamente às suas competências linguísticas.

Já as comunidades e os países anfitriões receberão financiamento e apoio no âmbito do nosso programa de integração e investimento, de forma a promover políticas nacionais de receção e acolhimento destas comunidades vulneráveis. Fomentaremos um verdadeiro espírito de solidariedade e compromisso entre as diferentes Nações, em harmonia com os princípios e valores constantes dos Tratados Europeus.

2. Acabar com a Europa Fortaleza

Acreditamos que a Europa deve acolher as pessoas recém-chegadas – não afastá-las. Por isso, criaremos canais seguros, legais e abertos para entrar na Europa.

Propomos que os vistos *Schengen* sejam concedidos pelos consulados da União Europeia em todo o mundo. Por isso, expandiremos o Cartão Azul UE, para que os candidatos a emprego de fora da UE tenham a oportunidade de vir para a Europa. Introduziremos novos esquemas de mobilidade de educação e trabalho para estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de fora da Europa.

Queremos ainda repor uma obrigação juridicamente vinculativa de emitir vistos humanitários nos consulados e embaixadas dos Estados-Membros, destinada a pessoas que tenham direito a proteção jurídica e humanitária internacional e que desejem entrar no espaço da União Europeia de forma a requerer asilo.

Partindo do princípio que a segurança e capacidade de desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs se realiza frequentemente nos seus países de origem, a UE deve apoiar financeiramente o desenvolvimento sustentável em países terceiros, assim como o respeito pelos Direitos Humanos. O direito a um ambiente saudável deve ser respeitado, sendo para isso necessário um apoio que reforça condições ao seu desenvolvimento.

3. Apoiar a reunificação das famílias

Acreditamos que a reunificação familiar se trata de um direito fundamental; um direito benéfico não apenas para as pessoas deslocadas, mas para toda a sociedade.

Expandiremos notoriamente a possibilidade de reunificação familiar dentro da União Europeia, adotaremos diretrizes mais amplas para identificar os membros da família fora do espaço europeu e introduziremos novos Vistos de Reunificação Familiar que concedam direitos de reassentamento.

Igualmente, e em harmonia com o nosso objetivo de promover os vistos humanitários em consulados e embaixadas dos Estados-Membros, queremos permitir que as pessoas residentes na União Europeia se candidatem em nome dos seus familiares, ao invés de obrigar os familiares a se candidatarem a partir do seu país de residência.

Por fim, ampliaremos o financiamento para a reunificação familiar no Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), de forma a apoiar quem não possua recursos para viajar para a Europa. Acreditamos que ninguém deve ser forçado a *cair* na pobreza ou a enfrentar fenómenos de abuso, violência ou exploração para se reunir com a sua família.

4. Acabar com a externalização das fronteiras da UE

A União Europeia e os seus Estados-Membros colaboram, atualmente, com países terceiros, como a Turquia, o Sudão e a Líbia, para reduzir o fluxo migratório para a Europa. Tal política resulta em inúmeras violações sérias dos Direitos Humanos, incluindo fenómenos de detenção, abuso, tortura e violência sexual. Estas condições apenas encorajam as pessoas migrantes a procurar rotas mais perigosas para atingir a Europa, levando à perda de vidas. Apelamos assim, entre outras medidas, ao fim de acordos como os celebrados com a Turquia ou com as autoridades líbias, ou ainda ao fim do financiamento do controlo dos migrantes no Sudão.

Aumentaremos a cooperação e o financiamento das organizações internacionais que lidam com pessoas refugiadas (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), mas também pessoas migrantes (Organização Internacional para as Migrações). Apoiamos as organizações civis que trabalham nos países de trânsito, assim como com potenciais deslocados nos seus países de origem.

Sublinhe-se que a cooperação com os países de origem ou de trânsito deverá ser permitida apenas e só se for salvaguardado o respeito pelos Direitos Humanos destas comunidades vulneráveis.

5. Estabelecer a Operação Europeia de Busca e Salvamento

Apelamos ao estabelecimento de uma Operação Europeia de Busca e Salvamento (OEBS), destinada ao salvamento de pessoas em perigo em rotas migratórias marítimas e ao seu transporte para um lugar seguro – como, aliás, é requerido pela lei marítima internacional.

Ao patrulhar as fronteiras da Europa, a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (*Frontex*) não evitou a morte das pessoas migrantes que procuram chegar à Europa por via marítima. Ao estabelecer a OEBS, queremos acabar com as mortes no mar.

Igualmente, urge intensificar o combate ao tráfico humano, uma prática desumana que frequentemente coloca migrantes em situações de perigo, abuso e exploração. A par da implementação da OEBS, devemos também desenvolver a cooperação internacional para dismantelar redes de tráfico humano, protegendo as vítimas e levando os responsáveis à Justiça.

6. Descriminalizar a solidariedade e interajuda

A solidariedade com as pessoas recém-chegadas não é um crime. Lutamos para criar proteções pan-europeias para todas as pessoas e organizações da sociedade civil que ajudem a encontrar abrigo, emprego e uma vida digna na Europa.

7. Lutar pelos direitos políticos para as pessoas migrantes e refugiadas

Lutamos pelo acesso das pessoas recém-chegadas à participação política a nível europeu nos seus locais de residência. Acreditamos que o direito de voto é um passo crucial para a participação, a autodeterminação e a integração em democracias saudáveis. Por isso, lutaremos para que as pessoas recém-chegadas possam desfrutar de todos os direitos políticos na União Europeia, após o cumprimento de critérios básicos como um período mínimo de residência. Igualmente, pressionaremos as respetivas organizações responsáveis pela criação de programas em que os Estados-Membros concedam este mesmo direito de voto em eleições nacionais e referendos.

8. Apoiar a integração

Acreditamos que a integração das pessoas que escolhem a Europa como um destino seguro implica uma obrigação comum de as apoiar, representando uma oportunidade comum de enriquecer a sociedade europeia. Por isso, aumentaremos o financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), de forma a garantir o acesso à educação, à cultura e à aprendizagem dos idiomas dos países de acolhimento. Aumentaremos, igualmente, o financiamento para estratégias de integração local que celebrem o intercâmbio cultural e que ofereçam formação as pessoas recém-chegadas.

9. Combater a exploração de migrantes e de refugiados

Defendemos que as pessoas trabalhadoras migrantes e refugiadas devem ter os mesmos direitos, benefícios e proteção que cidadãos e cidadãs europeus. Perante um sistema que parece condená-las à ilegalidade, à ausência de competências e à permanente ameaça de deportação, combateremos a exploração destas comunidades através da criação de um corpo especial da Comissão Internacional de Trabalhadores, que acompanhará os salários e as condições de trabalho.

10. Defender e ampliar a livre circulação

A livre circulação é um Direito Humano fundamental e um pilar da União Europeia. É por isso que a defendemos para pessoas migrantes e refugiadas a residir legalmente na União Europeia, através da eliminação imediata de todos os controlos de fronteiras dentro do Espaço *Schengen*.

A longo prazo, ambicionamos estender a liberdade de circulação a países terceiros, proporcionando uma maior liberdade a quem seja oriundo destes mesmos Estados e pretenda, livremente, procurar local de residência digno e seguro. Para tal, os Estados de origem devem respeitar normas e princípios relativos a Direitos Humanos e de Estado de Direito.

11. Aumentar a autonomia dos municípios

O fenómeno demográfico tem um impacto diferente em diferentes regiões e municípios. Assim, devemos rever a lei do asilo na UE para permitir que os municípios possam receber as pessoas migrantes, independentemente das leis nacionais mais restritivas.

12. Fortalecer a autonomia local na receção de pessoas migrantes e de refugiadas

Entendemos que o impacto do fenómeno demográfico varia entre regiões e municípios, exigindo abordagens flexíveis e adaptáveis. Por isso, propomos a revisão da legislação de asilo da União Europeia para conceder maior autonomia aos municípios na receção de migrantes e de refugiados – mesmo perante leis nacionais mais restritivas.

Reconhecemos que as comunidades locais possuem uma compreensão única das suas capacidades e necessidades, e por isso devem ser capacitadas para tomar decisões que reflitam essa realidade. Igualmente, o acolhimento de migrantes e de refugiados reflete uma responsabilidade que deve ser partilhada por todos os Estados-Membros, urgindo a distribuição equitativa e solidária dos esforços de receção, tendo em conta as capacidades e recursos locais.

Comprometemo-nos, naturalmente, a garantir que as políticas relacionadas com a migração respeitam as normas europeias e internacionais de Direitos Humanos, promovendo a dignidade e a igualdade, independentemente da sua origem ou estatuto migratório.

Da mesma forma, reconhecemos a importância da cooperação entre os poderes local, regional, nacional e europeu, de forma a alcançar soluções eficazes e sustentáveis.

Assim, através desta revisão da legislação de asilo, defenderemos a criação de mecanismos que permitam ao poder local receber pessoas migrantes de forma mais autónoma. Esta abordagem não só fortalecerá a coesão social e a inclusão, mas também promoverá uma resposta ágil, eficaz e cooperativa aos desafios humanitários e demográficos.

13. Criar um Sistema de Proteção e Acolhimento para as Pessoas Deslocadas devido às Alterações Climáticas

Até 2050, 200 milhões de pessoas serão obrigadas a deslocar-se devido a eventos climáticos extremos, pelo que nos encontramos perante uma emergência ambiental e humanitária.

Enquanto defensora dos Direitos Humanos e do combate aos efeitos das alterações climáticas nas populações mais vulneráveis, a União Europeia deverá ser pioneira na criação de um sistema de acolhimento e proteção jurídica dos deslocados climáticos. Urge uma ação imediata perante a falta de um quadro legal específico para as pessoas refugiadas devido às alterações climáticas (movimento transfronteiriço) e aquelas deslocadas internamente (dentro de um Estado).

A criação de um Pacto Europeu para o Deslocamento Climático, prevendo estes dois estatutos jurídicos, estabelecerá diretrizes claras para a identificação, proteção e assistência a estas comunidades. Tal garantirá o respeito ao acesso a condições dignas de saúde, educação e habitação, mas também a procedimentos legais justos e à proteção contra a deportação para áreas de perigo. Simultaneamente, reconhecer-se-ão as alterações climáticas e as suas consequências – fenómenos climáticos extremos ou a submersão territorial pela subida do nível do mar – como causas de deslocamento forçado, incentivando outras ordens jurídicas a desenvolver sistemas de proteção e acolhimento destas populações.

No âmbito deste Pacto, pretendemos discutir:

- a pertinência de uma Agência Europeia para o Deslocamento Climático, de forma a monitorizar e promover a defesa dos Direitos Humanos, abordando a necessidade

de uma entidade com esta especialização, evitando a sobrecarga de trabalho e de recursos pela Agência da União Europeia para o Asilo (EUAA);

- a utilidade de um Fundo para o Deslocamento Climático, num princípio de proporcionalidade entre o apoio financeiro e o impacto de cada Estado-Membro nas alterações climáticas, de forma a financiar outras políticas de proteção e acolhimento dos deslocados climáticos.

I. União Económica e Monetária

As instituições económicas devem servir os interesses da maioria, não de uma elite. As políticas de austeridade na Zona Euro agravaram as desigualdades entre Estados-Membros, regiões e classes, impedindo os governos nacionais de ultrapassar as suas dificuldades económicas através de um reavivar do seu mercado interno. Se é certo que o Fundo de Coesão da UE tem o seu papel no reequilibrar da economia europeia, é igualmente certo que podemos ir mais além no sentido de democratizar as finanças públicas na Europa, evitar outra crise financeira e devolver a confiança no projeto europeu. Temos de acabar com a crise do Euro antes que ela acabe com a Europa.

1. Expandir o orçamento da UE

O orçamento da UE é uma fonte vital de investimento para todos os Estados-Membros. Propomos medidas para aumentar o Orçamento da UE, igualando estes compromissos de despesa com recursos próprios da UE. Este orçamento ambicioso será reforçado por várias vias: através de uma taxa nas transações financeiras, da introdução de novas obrigações europeias para financiar projetos de infraestruturas, ou do combate às alterações climáticas, dando ênfase à ideia de que quem polui deve pagar por isso. Neste contexto, propomos o alargamento da taxa de emissão de carbono, denominada de Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras (CBAM) a mais sectores também poluentes e a ampliação do alcance do imposto sobre os plásticos.

2. Desenvolver a ferramenta de controlo orçamental

A transparência do orçamento europeu é essencial ao combate contra a corrupção e para assegurar um uso justo do dinheiro da UE. Propomos o desenvolvimento de uma ferramenta digital que permita a consulta pública do Orçamento da UE, tornando mais claro onde é aplicado e de que forma é executado. Esta ferramenta permitirá também consultar os resultados obtidos pelos projetos financiados. Através deste mecanismo, visamos fortalecer o papel da sociedade civil no escrutínio das despesas da UE, num orçamento que nos influencia a todos. No mesmo sentido, lutaremos pelo fim do sistema de informalidade e opacidade sob o qual atua o Eurogrupo.

3. Democratizar o orçamento da UE

Embora desempenhem um papel central nas finanças públicas, os cidadãos, cidadãs e pessoas residentes têm pouca influência sobre a forma como é desenvolvido e decidido o orçamento da UE. Como tal, apoiamos novas medidas que devolvam às pessoas o controlo sobre os recursos da UE. Todos os partidos europeus devem publicar as suas prioridades orçamentais antes das eleições para o Parlamento Europeu, a fim de permitir que os eleitores expressem as suas preferências em relação às despesas da UE.

4. Universalizar o Mecanismo Europeu de Estabilidade

Os cidadãos, as cidadãs e as pessoas residentes na UE devem ter uma voz ativa nas instituições económicas mais poderosas da Europa. Iremos lutar para que o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) fique sob jurisdição da UE, reforçando o papel do Parlamento Europeu na gestão dos seus assuntos e decisões e pondo fim aos poderes de veto que permitem aos países ricos impedir que o MEE sirva os países com menos recursos financeiros.

5. Democratizar o Banco Central Europeu

Queremos reformar o BCE para dar maior eco às necessidades dos cidadãos, cidadãs e pessoas residentes na Europa. Nesse sentido, apresentamos as seguintes propostas:

- promover o escrutínio democrático: reforçar o papel do Parlamento Europeu na supervisão das atividades do BCE, garantindo um diálogo monetário mais substancial e exigindo uma resposta detalhada do BCE ao relatório anual do Parlamento sobre a sua atividade. Conferir ao Parlamento Europeu um papel mais significativo nos processos de nomeação das e dos membros do Conselho do BCE, uma vez que atualmente desempenha uma função meramente consultiva.
- redefinir o mandato: estender o mandato do BCE para além da estabilidade de preços, assegurando também o pleno emprego. Desta forma, pretendemos garantir que os postos de trabalho sejam um fator relevante aquando da tomada de decisão de medidas que visem a estabilidade económica das instituições e Estados-Membros da UE. A Reserva Federal dos Estados Unidos já detém e executa esse mandato duplo, o BCE deve fazer o mesmo. Além de manter a estabilidade de preços, o BCE deve desempenhar um papel ativo na promoção dos

objetivos sociais e ambientais da UE. Isso implica não apenas apoiar a transição energética, mas também mitigar os efeitos redistributivos da política monetária. Estes objetivos fazem parte do mandato secundário do BCE, muitas vezes negligenciado, e devem ser cumpridos integralmente.

- mais transparência: exigir a divulgação do registo de votação individual dos membros do Conselho do BCE, promovendo a transparência no escrutínio das suas decisões. Adesão do BCE ao Registo de Transparência da União Europeia, restringindo o acesso a reuniões com membros dos seus órgãos de decisão a lobistas registados.

6. Converter a dívida pública

A Zona Euro precisa de uma solução sustentável para o problema da elevada dívida pública dos seus Estados-Membros. Propomos que os Estados-Membros possam converter as suas dívidas, através de empréstimos concedidos pelo BCE a taxas suficientemente baixas que possibilitem a redução do serviço da dívida de curto e longo prazo. Garantiremos que o BCE estará protegido de perdas, assegurando a prioridade desta nova responsabilidade sobre as suas restantes obrigações e forçando o Mecanismo Europeu de Estabilidade a garantir as suas obrigações. Este plano é necessário para libertar os Estados-Membros dos constrangimentos causados pelo serviço da dívida.

7. Rever o Pacto de Estabilidade e Crescimento

Em 2020, as regras fiscais presentes no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) foram suspensas para que os Estados-Membros pudessem aumentar os seus gastos no combate à COVID-19. No entanto, em 2023, essas regras fiscais foram novamente postas em vigor. Apesar de algumas reformas terem sido feitas, estas são ainda insuficientes, mantendo os objetivos de défice e dívida pública demasiado rigorosos e obsoletos no contexto geopolítico atual. A vigência dos critérios de Maastricht limitam severamente o investimento público, principalmente nas economias do sul da Europa, que se vêem perante sucessivas ameaças de instauração de procedimentos por défice excessivo. Por isso, importa incentivar a UE a fazer reformas fiscais que não provoquem a redução do investimento público nem acentuem as divergências entre os Estados-Membros. Queremos incentivar políticas para a UE como um todo, não apenas para a estabilidade financeira de cada membro a nível individual.

8. Reformar os indicadores económicos

Propomos uma revisão dos índices utilizados na contabilização do desenvolvimento económico e financeiro da UE. Perante o panorama atual, consideramos que o PIB não é um indicador suficiente para retirar ilações do estado económico-financeiro de um país. É necessária a implementação de outros indicadores que consigam medir a situação económica, financeira, ambiental e social, não só da União Europeia, mas de todos os Estados-Membros que a constituem. São exemplos disso, entre outros, o PIB verde, o Índice de Desenvolvimento Humano, o Produto Interno de Felicidade ou o Índice de Bem-Estar.

9. Concretizar a União de Compensação Europeia

Perante um cenário de desigualdades económicas na UE, é necessário pensar além do seu orçamento. Os Estados-Membros que consistentemente apresentam grandes excedentes comerciais diminuem a procura na economia global, desacelerando o crescimento para todos. Por outro lado, Estados-Membros com défices comerciais consistentes podem facilmente entrar numa situação de crise no pagamento da sua dívida. É por isso que queremos uma União de Compensação Europeia (UCE) que torne as relações comerciais europeias menos assimétricas.

A UCE criará uma unidade de contabilidade comum e avaliará as importações e exportações de cada Estado-Membro. Também taxará os países com maior excedente comercial, revertendo esses fundos adicionais para regiões com menor acesso a fontes de investimento. Desta forma, a UCE irá reduzir significativamente as desigualdades estruturais entre os Estados-Membros europeus. Além disso, incentivará os países com grandes excedentes comerciais a aumentarem os salários e investimentos, reduzindo também a desigualdade dentro de cada Estado-Membro.

10. Completar a União Bancária

Propomos completar a União Bancária para garantir a integridade da Zona Euro e protegê-la de futuros choques financeiros. O esquema de seguro de depósito europeu de risco partilhado por toda a Zona Euro foi um passo em frente, mas insuficiente. Propomos uma Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos mais abrangente, para que seja aplicável a todos os bancos em situação débil atualmente em operação. Propomos transferir

esses bancos para uma jurisdição da Zona Euro a fim de os reestruturar e recapitalizar. Propomos também separar a banca comercial da banca de investimento em toda a UE.

11. Transformar o Mercado Único

Ao princípio da livre concorrência no Mercado Único Europeu, contrapomos o princípio da solidariedade. Propomos alterações fundamentais nos regulamentos que definem os auxílios estatais na UE, de forma a permitir que os governos possam fornecer melhores serviços públicos. Alargaremos o Regulamento de Minimis – que atualmente permite apoios excepcionais a empresas de até 200 mil euros num período de três anos, com a garantia de que não afetam a concorrência – a fim de viabilizar o investimento em serviços críticos por parte das autoridades públicas. Garantiremos o direito de remunicipalizar estes serviços, se necessário. Defendemos que as empresas públicas, pelo simples facto de o serem, não podem ser prejudicadas na sua recapitalização face aos concorrentes do sector privado.

12. Construir o Tesouro Europeu

Apoiamos a criação de um Tesouro Europeu que expanda radicalmente o investimento em toda a Europa. O atual conjunto de políticas – do Pacto de Estabilidade e Crescimento ao Pacto Fiscal Europeu – causou uma falta de receitas fiscais a nível europeu, gerando uma crise de subinvestimento. O Tesouro Europeu removerá essas restrições por meio de uma combinação de impostos europeus e obrigações (*eurobonds*). Este Tesouro poderia, entre outros projetos, concretizar o Novo Pacto Verde através da emissão de obrigações.

J. Justiça Fiscal e Financeira

A economia deve servir as pessoas, não servir-se delas. Por isso, pretendemos transformar o sistema financeiro capitalista e recentrar a atividade económica naquilo que importa: melhorar a qualidade e dignidade de vida das pessoas. Os desafios que a Europa enfrenta aumentam com o estalar da guerra nas suas fronteiras, que traz consigo a tragédia da morte, mas também o aumento do custo de vida para todas as pessoas do continente. A inflação, a crise da habitação e a não-atualização salarial em linha com a inflação têm vindo a precarizar a vida das cidadãs e cidadãos, europeus e pessoas residentes no continente, muitos deles ainda a sentir os efeitos da crise das dívidas soberanas de 2011. É neste contexto, contudo, que sectores como a energia, a banca, o retalho ou o armamento têm vindo a apresentar lucros recorde, numa transferência direta de riqueza das pessoas para os acionistas de grandes conglomerados, não raras vezes monopolistas. Precisamos de um plano forte e robusto para combater o crescimento de assimetrias económicas, impedindo a proliferação de paraísos fiscais dentro do mesmo espaço económico e financeiro europeu.

1. Combater os paraísos fiscais

Por ano, a UE perde mais de 1 bilião de euros em evasão ao pagamento de impostos. Temos de acabar com este sistema injusto que permite que Estados-Membros como o Luxemburgo, os Países Baixos ou a Irlanda, ou regiões dos Estados-Membros como a Zona Franca da Madeira, pratiquem competição fiscal dentro da Europa, erodindo a base de financiamento do Estado Social. Exigimos justiça fiscal, através do combate aos paraísos fiscais, dentro ou fora da UE, assegurando também que são eliminados todos e quaisquer esquemas de evasão e fraude fiscal.

2. Combater a corrupção

O combate à corrupção deve ser sempre uma prioridade. Propomos aumentar os recursos do Gabinete Europeu Antifraude para investigar o uso de dinheiro público na UE, de forma a reforçar a sua capacidade para continuar a sancionar fraude, corrupção e outras atividades ilegais contra os governos dos Estados-Membros e funcionários da UE que sejam considerados culpados. Este aumento serve também para eliminar inconsistências no IVA, que anualmente permitem fraudes fiscais avultadas. Reconhecemos que os reforços a nível regulatório e de cooperação institucional não são suficientes, sendo essencial que sejam

alocados, a nível da União, poderes de aplicação direta de medidas punitivas, em caso de corrupção transnacional.

Continuaremos a apoiar e defender o trabalho da Procuradoria Europeia – a agência Europeia criada para combater a fraude que afeta as finanças da UE –, pugnando pela existência de meios financeiros e humanos que permitam a sua capacidade de conduzir investigações criminais e processar infratores nos tribunais nacionais.

3. Promover a transparência empresarial

Existem milhares de empresas de fachada e “entidades com fins especiais” que não declaram os seus verdadeiros proprietários. Defendemos a criação de um Registo de Propriedade de Usufruto, que faça com que todas as empresas declarem a identidade de quem as detém e os detalhes dos seus ativos. Exigimos transparência.

4. Concretizar um Imposto Europeu sobre Sucessões e sobre a Riqueza

Propomos que os Estados-Membros europeus alcancem um acordo multilateral sobre um Imposto Sucessório, com o objetivo de reduzir a transferência das desigualdades de uma geração para outra. Além disso, propomos a implementação de um Imposto sobre a Riqueza que tribute as grandes fortunas, como uma fonte adicional de receita para financiar as medidas propostas neste programa político.

5. Apoiar a base fiscal comum para as empresas

Reconhecemos a importância da aprovação da diretiva europeia que estabelece uma taxa mínima efetiva de 15% em sede de IRC, na sequência do acordo internacional promovido pela OCDE, a qual deve ser implementada por todos os Estados-Membros. No entanto, o segundo pilar deste acordo, que serve de base a esta diretiva, apresenta limitações significativas que carecem de correção. Neste sentido, propomos as seguintes alterações:

- Aumento da Taxa Mínima Efetiva: Propomos elevar a taxa mínima efetiva para, pelo menos, 25%, dado que esta corresponde aproximadamente à taxa média global de IRC. Esta mudança resultaria num aumento substancial das receitas fiscais globais e desencorajaria a transferência de lucros entre jurisdições;

- Eliminação de Isenções: Defendemos a abolição da “exclusão de substância”, que fomenta a concorrência fiscal internacional ao permitir que a taxa mínima efetiva seja inferior a 15%.

Estas reformas requerem uma reabertura das negociações internacionais sobre a tributação dos lucros das empresas multinacionais, de modo a alcançar um sistema mais justo e consistente.

6. Reduzir a especulação

Para evitar uma crise financeira como a que aconteceu na segunda década do presente século, propomos que se regule a atividade financeira dos vários participantes nos mercados financeiros que são pouco regulados; à imagem do que foi feito com a banca desde a crise financeira, onde o aumento da regulação bancária levou ao aumento da resiliência do sector e a uma maior proteção ao consumidor.

7. Tributar as transações financeiras

Aplicaremos o Imposto sobre Transações Financeiras a nível da UE, proposto pelo Parlamento Europeu. Este imposto é um elemento central na nossa estratégia para fortalecer a solidariedade entre os Estados-Membros e financiar gastos essenciais ao bem comum, assim como contribuir para o financiamento das medidas para a Transição Verde e Social europeia.

8. Criar o Fundo de Transição Verde e Social

Criaremos um fundo europeu – equivalente a, pelo menos, 1% do PIB anual da União Europeia – que financie projetos de infraestruturas verdes: transportes públicos ferroviários, energias renováveis, a melhoria da rede elétrica ou a resolução da crise da habitação. Este fundo também ajudará na criação de empregos verdes e qualificados, necessários para a Transição Verde. Com a sua criação, o fundo apoiará os Estados-Membros com menores recursos económicos, assim como os sectores afetados pela Transição Verde.

9. Regular ativos digitais

Defendemos a criação do EURO digital público, por parte do Banco Central Europeu, de modo a que as moedas digitais privadas (com a sua opacidade e volatilidade conhecidas) não monopolizem o mercado de criptoativos. Pretendemos garantir que os criptoativos (criptomoedas, tokens, *blockchain* e *NFTs*) e todas as atividades individuais ou comerciais ligadas aos criptoativos sejam devidamente reguladas e tributadas, no âmbito da regulação da Autoridade Bancária Europeia - *Asset-referenced and e-money tokens (MiCAR)*. Neste sentido, defendemos que os mineradores de criptoativos incorporem os impactos ambientais que a sua atividade económica gera, atuando pela via fiscal e na mitigação das suas elevadas necessidades energéticas.

10. Acabar com a unanimidade na fiscalidade

Consideramos crucial repensar a abordagem das finanças da União Europeia, de forma a garantir decisões mais ágeis e eficazes. A exigência do voto por unanimidade nesta área cria impasses e dificulta a capacidade da UE de reagir celeremente a crises e emergências financeiras, podendo deixar decisões importantes dependentes de regimes desvinculados do compromisso europeu.

Neste sentido, propomos acabar com o voto por unanimidade nas questões financeiras e adotar o sistema de votação por maioria qualificada. Assim, poderemos mais facilmente agilizar o processo decisório e aprovar medidas para enfrentar desafios económicos, melhor refletindo a diversidade de interesses dos Estados-Membros.

11. Emitir obrigações *GreenEuro*

Defendemos a criação de obrigações verdes europeias (*GreenEuro Bonds*), obrigações de longo prazo securitizadas pelo Banco Central Europeu, de natureza análoga aos Certificados de Aforro/Tesouro portugueses e dirigidas a financiar iniciativas para a Transição Verde.

K. Coesão Territorial, Transportes e Mobilidade

Queremos uma União Europeia coesa. Mas para isso, as pessoas precisam de conseguir deslocar-se de forma fácil, rápida e barata. A mobilidade é crucial no dia-a-dia de todos os residentes na UE. É a mobilidade que liga pessoas, comunidades e empresas, que permite que se possa experienciar as diferentes culturas viajando em modo de lazer, resultando numa maior integração europeia e na construção do espírito europeu.

Hoje, os trabalhadores estão altamente dependentes da infraestrutura de transportes públicos que, não lhes sendo suficiente, os força a procurar alternativas de transporte privado. Este tipo de transporte traz consequências nefastas para o ambiente, criando mais poluição atmosférica e sonora.

É hora de acabar com a priorização deste tipo de transporte e dirigir os esforços e fundos para o investimento em transportes públicos verdes e para a mobilidade suave. Visionamos uma Europa verde, ecológica e sustentável e, por isso, rejeitamos voos domésticos em distâncias curtas e a aviação executiva. Queremos uma Europa que fomente a conectividade e a automação, para um uso eficiente do espaço urbano.

1. Reforçar a Europa das Regiões

A “Europa das Regiões” é incentivada pela União Europeia. É consensual que a ideia de região ajuda a procura de soluções socioeconómicas e ambientais numa escala adequada, mantendo a coesão territorial. As populações locais devem ter poder para decidir as suas necessidades e, economicamente, a descentralização cria maior eficiência na afetação de recursos públicos.

Propomos o reforço de financiamento europeu à descentralização e a iniciativas que reduzam a desigualdade entre regiões dentro dos seus Estados-Membros, algo fundamental para a coesão territorial.

2. Valorizar os territórios de baixa densidade e cidades médias

Defender a coesão territorial, contrariando os processos de metropolização e desequilíbrios territoriais entre áreas densamente populadas e territórios de baixa densidade e em progressivo abandono, através de:

- valorizar como fator de elegibilidade territórios de baixa densidade e das cidades médias no acesso aos fundos europeus, para reforçar as infraestruturas da educação, habitação, saúde e justiça, entre outras áreas essenciais a uma vida digna;
- garantir acesso fácil a serviços de primeira necessidade nas cidades médias e territórios de baixa densidade, promovendo a realocação de empresas e instituições públicas.

3. Expandir o Fundo de Coesão

Propomos uma expansão significativa para o Fundo de Coesão da UE, a fim de apoiar as regiões subdesenvolvidas da União Europeia. Queremos transferir o financiamento da coesão ao nível dos Estados-Membros, dotando fundos para as localidades carentes e capacitando-as para investir em serviços locais. Expandiremos também as atribuições do Fundo de Coesão da UE para incluir investimentos em habitação, saúde e equipamentos sociais.

4. Promover as bacias alimentares

Promovemos as bacias alimentares como forma de desenvolvimento das economias regionais através da produção, distribuição e consumo de alimentos a nível local e regional. Defendemos que se onere fiscalmente a quilometragem entre a produção e o consumo, numa ótica de incentivo ao consumo de bens produzidos localmente e à redução da sua pegada ecológica.

5. Garantir uma rede de transportes públicos universal, verde e eficaz

Lutamos pela criação de um Sistema Europeu de Bilheteira para os transportes públicos, de modo a facilitar e agilizar a compra de bilhetes e passes internacionais entre os vários Estados-Membros. Assim, garantimos que as pessoas mais jovens, mais idosas, com mobilidade reduzida ou deficiência e as pessoas com menores recursos financeiros tenham acesso a tarifas mais baixas, numa trajetória tendencialmente gratuita para todos os residentes nos Estados-Membros. Queremos também promover a oferta de transporte ferroviário noturno, lutando para que a UE invista mais na infraestrutura dos caminhos de ferro.

Queremos continuar a incentivar e a criar condições para que se opte pelo transporte ferroviário verde, investindo em ligações de alta velocidade e com composições ferroviárias modernas e confortáveis, onde o preço da ligação ferroviária seja inferior ao preço da mesma viagem aérea. Queremos um mapa ferroviário europeu que ligue as capitais dos Estados-Membros, assim como as principais cidades e regiões até 2035, promovendo formas de mobilidade amigas do ambiente e da coesão territorial. Queremos que o Parlamento Europeu interceda junto da Comissão Europeia para que esta apresente uma proposta juridicamente vinculativa, que obrigue à criação de uma rede ferroviária europeia de alta velocidade.

A UE deve também priorizar o investimento em zonas com fraca ou inexistente presença de mobilidade ferroviária eficaz, regular e rápida. Para isso, é necessário criar uma estratégia europeia comum de ligação ferroviária, adaptada às realidades de cada Estado-Membro, garantindo a acessibilidade e efetividade dessas ligações.

Queremos que a UE invista em melhores soluções de transporte público, seguro e sustentável: na integração de redes cicláveis nos passes existentes, no planeamento das cidades e zonas rurais ou ainda na expansão da rede EuroVelo.

6. Proibir voos domésticos de curta distância e da aviação executiva privada

Seguindo o exemplo de França, e de forma a combater as emissões de gases poluentes e com efeito de estufa, lutamos para que os voos domésticos de curta distância sejam proibidos dentro do espaço aéreo dos Estados-Membros da União Europeia, nos lugares onde existam alternativas viáveis de transporte público verde.

Lutamos para que a aviação executiva privada dentro do espaço aéreo europeu seja fortemente fiscalizada, regulada e taxada, desincentivando-a. Propomos uma Europa livre da aviação executiva privada a combustíveis fósseis, que é gravemente responsável pela emissão de gases poluentes; uma Europa onde só a aviação executiva elétrica (caso se confirme a viabilidade) tenha espaço para existir. Queremos também promover junto da Comissão Europeia uma política europeia de descarbonização do sector aeroportuário.

7. Garantir a segurança rodoviária e ferroviária

Queremos que as zonas urbanas da União Europeia possam ter velocidades máximas de 30 km/h, zelando assim pela segurança rodoviária. Queremos que o ambiente urbano

desmotive o tráfego automóvel e o excesso de velocidade, ruído e poluição, de forma a que as (inevitáveis) falhas humanas não resultem em acidentes fatais. Promovemos o investimento em redes de transporte de mercadorias ferroviárias, que permitam reduzir a pegada ecológica dos bens produzidos, a nível local e internacional, e dêem lugar a uma infraestrutura mais segura com, por exemplo, menos passagens pedonais ou de estradas. Queremos promover que a exportação e importação de bens dentro da UE seja tendencialmente feita pela ferrovia, garantindo que os valores e tarifas sejam justos e iguais entre os vários Estados-Membros, numa concorrência leal com o transporte rodoviário.

Queremos também avaliar os impactos do sucessivo crescimento no *design* das dimensões dos veículos automóveis (que em média têm crescido 1cm a cada dois anos), tanto a nível ambiental como de segurança rodoviária e limitações para o espaço urbano; regular limites no comprimento, largura e altura dos veículos pessoais, bem como estabelecer *designs* e formas com menor impacto ambiental e menor probabilidade de acidentes rodoviários.

8. Expandir o Passe Interrail

Queremos que o Passe Interrail tenha preços mais reduzidos, de modo a promover o intercâmbio de experiências culturais dentro da UE, democratizando e universalizando o seu acesso a todas as pessoas, independentemente da sua condição sócio-económica. É imperativa uma União Europeia mais solidária e unida.

9. Apoiar a investigação de novas formas de mobilidade

Para reduzir o impacto ambiental do transporte privado e individual, é necessário investigar e implementar novas formas de mobilidade. Logo, propomos apoiar e amplificar os incentivos à compra e/ou troca por veículos elétricos, aumentando também o investimento na rede de carregamento elétrica. Queremos ainda que se abandone a venda de veículos com motor a combustão interna a partir de 2030, garantindo o apoio à troca de veículos a combustíveis fósseis por veículos menos poluentes. Somos pela promoção de sistemas de partilha e aluguer temporário de veículos, de modo a reduzir a quantidade de veículos privados que diariamente circulam nas estradas.

Ao nível do vetor de energia, deve ser dada prioridade à investigação de novos vetores de energia verdadeiramente sustentável, como as baterias de ião de sódio.

10. Aumento do financiamento para o Mecanismo Europeu de Proteção Civil

É necessário um investimento significativo para modernizar e ampliar a frota de equipamentos de combate a incêndios e outros recursos essenciais, nomeadamente no âmbito dos recursos humanos, mas também nos recursos físicos. Precisamos de:

- apostar na melhoria da coordenação entre os Estados-Membros e a Reserva Estratégica Europeia de Recursos;
- incentivar a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias de deteção e apoio às emergências;
- criar campanhas de sensibilização para a prevenção dos incêndios e informação sobre catástrofes naturais.

Ao fortalecer a sua capacidade de resposta a crises, a União Europeia poderá demonstrar a sua solidariedade e compromisso com a segurança dos seus cidadãos, cidadãs e pessoas residentes, tanto dentro como fora das suas fronteiras.

L. Educação e Juventude

Mais do que uma necessidade, a educação é a chave para o progresso e prosperidade com que sonhamos. É um espelho da sociedade e capacita as gerações seguintes. No entanto, numa Europa ainda muito desigual, a escola nem sempre tem conseguido lidar com essa disparidade. É por isso que defenderemos uma forte aposta na educação pública e universal dentro do espaço Europeu.

Queremos que as pessoas mais jovens na União Europeia possam ter tempo, liberdade e condições para, de facto, serem jovens. Lutamos para restaurar a confiança da juventude no projeto europeu e para que tenham mais oportunidades de estudar, viajar e trabalhar no espaço da União Europeia.

1. Capacitar a educação pública

Um sistema público e gratuito de educação, com bons recursos, pode ser um poderoso motor para uma Europa justa e inclusiva. O direito à educação é um direito universal, que não se esgota num percurso escolar e académico estruturado e previamente delineado.

Reconhecemos este direito a todas as pessoas, mas em especial a quem viu a sua formação escolar incompleta ou interrompida; as lacunas no percurso escolar e académico não devem servir para excluir ninguém de aprendizagens futuras. Propomos a criação de uma bolsa de créditos de aprendizagem, atribuída a todas as pessoas à nascença e que possa ser utilizada em qualquer altura da sua vida.

Queremos planear um sistema público europeu de educação mais integrado, mas que respeite a diversidade dos modelos educativos em toda a UE. Novos fundos de solidariedade que invistam em sistemas públicos de educação, de modo a equilibrar os resultados escolares em toda a Europa. Cada curso, tanto no nível secundário como no universitário, garantirá um diploma correspondente a um nível europeu comum, com equivalência automática em toda a UE.

2. Melhorar a Garantia para a Juventude

O programa Garantia para a Juventude, que apoia muitas pessoas jovens a ingressar no mundo do trabalho e a adquirir competências, teve um significativo reforço durante o período pandémico para assegurar que pessoas jovens não são deixadas para trás no

mercado de trabalho. No entanto, muitas pessoas jovens continuam sem acesso a oportunidades de formação ou de trabalho dignas, sobretudo no Sul da Europa.

Queremos que esse investimento na juventude, em vez de uma exceção, se torne a norma e seja ainda mais reforçado. Asseguraremos o aumento do investimento dos Estados-Membros, num acesso mais amplo a formação e a trabalho com significado. Aos Estados-Membros com taxas de desemprego jovem superiores às da UE, devem ser alocados mais recursos para a combater. Através de uma melhor supervisão, queremos que a Garantia para a Juventude crie empregos não apenas dignos, mas que também ofereçam a oportunidade de desenvolver carreiras profissionais. O relançamento deste programa será feito em articulação com as organizações de jovens, capacitando-as para lançar iniciativas próprias.

3. Criar o Contrato Europeu de Aprendizagem

Propomos a criação de um Contrato Europeu de Aprendizagem que proporcione maior mobilidade a jovens profissionais na procura de oportunidades fora do seu país de origem. Este contrato comum será válido em todos os Estados-Membros da União Europeia, permitindo que tais jovens frequentem estágios em empresas registadas nestes países.

4. Acabar com a exploração das pessoas jovens

Queremos travar a exploração das pessoas jovens. Apelamos ao fim dos estágios não remunerados ou pagos abaixo do salário mínimo. Apoiamos a formação de sindicatos de jovens na Comissão Internacional de Trabalhadores, que negoceiem em nome da classe trabalhadora jovem.

5. Dar voz às pessoas jovens na União Europeia

As pessoas jovens quase não são ouvidas na UE: poucas participam na política e ainda menos encontram um lugar à mesa para negociar e decidir o seu futuro. Por isso, o LIVRE quer incluir uma quota de representantes da juventude em todos os níveis de governação europeia.

Além disso, somos pela grande expansão do Diálogo Estruturado, um programa que visa suscitar o debate entre jovens e responsáveis políticos, com foco nas políticas e estratégia

da UE para a Juventude. Esta é uma expansão física e digital, para que o programa visite as comunidades com menos acesso a instituições da UE ou, através de plataformas digitais, chegue a jovens em regiões geograficamente isoladas.

Serão as pessoas jovens a herdar as instituições europeias: faz sentido que comecem desde já a intervir na sua construção.

6. Concretizar o Corpo Europeu de Ensino

Propomos uma iniciativa a nível europeu para formar uma nova geração de professores. O Corpo Europeu de Ensino apoiará recém-graduados a ensinar nas escolas básicas e secundárias em toda a UE. O objetivo é proporcionar novas oportunidades a jovens para se tornarem professores e viajarem pelo continente, mas também para fomentar o ensino e a aprendizagem multilingues nos sistemas de ensino básico e secundário da Europa.

7. Comemorar a História Comum

A Europa partilha uma história comum que merece um lugar destacado no nosso sistema educativo. Propomos o desenvolvimento de um novo currículo sobre a História da Europa para estudantes do ensino básico e secundário em toda a Europa, incentivando as escolas a adotarem conteúdos comuns que destaquem esta história partilhada.

8. Criar uma Carta Europeia da Educação

Acreditamos que a escola deverá preparar alunas e alunos para a cidadania, adaptando-se às suas diferentes necessidades e aos contextos nos quais estão inseridos. Propomos a criação de uma Carta Europeia da Educação, um conjunto de orientações destinadas a guiar os Estados-Membros na implementação de práticas educacionais inovadoras e na promoção dos valores europeus.

Para potenciar a sua implementação, defendemos a formação de grupos de trabalho nacionais responsáveis por adaptar estas diretrizes ao contexto educativo de cada país, assegurando que cada sistema educacional possa responder de maneira eficaz às necessidades locais, enquanto se alinha aos ideais europeus.

M. Conhecimento, Ciência e Ensino Superior

O conhecimento científico é um requisito para o desenvolvimento e progresso social, tecnológico e económico da União Europeia. É um pilar fundamental de uma sociedade justa e sustentável. São inúmeros os desafios a que a UE precisa urgentemente de responder e para os quais as soluções dependem necessariamente de um sistema científico e tecnológico robusto e eficaz. Para fazer frente às questões técnicas e éticas das alterações climáticas, das novas pandemias, da genética e da inteligência artificial, um sistema científico capaz e ao serviço da comunidade europeia é crucial. A ciência é igualmente fundamental para contribuir para a resolução dos problemas da habitação, da mobilidade e da educação, para projetar novas formas de trabalho, para combater as desigualdades e as alterações climáticas.

É preciso continuar a apostar numa visão holística da ciência, valorizando projetos interdisciplinares, colaborativos e duradouros que envolvam os sistemas científicos público e privado, bem como atores do terceiro sector. Mais ainda, é necessária uma visão estratégica de produção e transferência de conhecimento, que garanta que a UE detém a propriedade intelectual da ciência que produz; que os cidadãos e as cidadãs da UE, bem como qualquer outra pessoa cidadã do mundo, beneficiem da ciência financiada na Europa. De igual forma, a UE deve continuar a pautar-se pelos princípios da Ciência Aberta, entendendo que a ciência financiada por fundos públicos deve ser de domínio público.

A ciência só pode ser o pilar de uma sociedade justa e sustentável se for uma ferramenta na tomada de decisão informada pelas instituições democráticas e pelas populações. Urge, nesse sentido, trabalhar para fortalecer a cultura científica da comunidade europeia, seja pelo investimento em formação superior e ao longo da vida, através de programas e iniciativas de comunicação de ciência, seja fomentando práticas de investigação e inovação responsáveis.

1. Lutar pelo programa Erasmus+ universal e equitativo

Lutamos por um programa Erasmus+ universal e equitativo que:

- garanta o acesso a todos as pessoas jovens, aumentando o financiamento do programa Erasmus+ em linha com a inflação (predominantemente para estudantes e pessoal não docente com maiores necessidades socioeconómicas) e definindo os

valores das bolsas de mobilidade, em função do custo de vida de uma área geográfica concreta (cidade ou região do país de destino);

- apoie mais e novos programas de formação política e cívica, que incentivem as pessoas mais jovens a interessarem-se pelo ativismo internacional de partilha de conhecimento assente na mobilidade, reduzindo o foco atual nas competências de mercado, para que seja a base de um movimento juvenil pan-europeu;
- se adequue e adapte às necessidades das pessoas com deficiência ou com doenças crónicas, eliminando barreiras à sua participação através da garantia de acesso regular a cuidados de saúde específicos;
- promova o alargamento das parcerias entre instituições de Ensino Superior, atuando a União Europeia enquanto potenciadora e intermediária para a concretização dessas mesmas parcerias;
- se alargue ainda mais a instituições e países extracomunitários, pois só assim se garante a universalidade do programa, consolidando-o para lá das fronteiras da UE.

2. Propor uma ciência aberta e inclusiva, pilar de uma sociedade justa

A ciência aberta consiste na partilha de conhecimentos, dados e ferramentas o mais cedo possível no processo de investigação e inovação, em colaboração aberta com todas as pessoas intervenientes relevantes da área do conhecimento, incluindo o meio académico, a indústria, as autoridades públicas, utilizadores finais, cidadãos, cidadãs e pessoas residentes e a sociedade em geral. Como tal, é um desafio para a União Europeia adotar a ciência aberta como método de trabalho para todos os investigadores. Nesse sentido, propomos:

- a retoma dos apoios e financiamento da investigação fundamental, corrigindo o desequilíbrio e como complemento à investigação aplicada;
- a monitorização e salvaguarda da implementação de práticas de Ciência Aberta em todos os Estados-Membros da União Europeia;
- a promoção da partilha de dados e de colaboração entre Estados, através do fomento e financiamento de consórcios de estruturas de apoio à investigação;
- o combate à concentração dos grupos multinacionais editoriais de publicação científica e às práticas cartelizadas operadas por estes grupos no acesso à publicação científica;
- o escrutínio do impacto da concentração editorial, redução de custos e automatização na qualidade da arbitragem científica operada pelos grupos multinacionais editoriais;

- estabelecer o princípio do pagamento por serviços de edição e de arbitragem científica sempre que estes ocorram para editoras com fins lucrativos;
- a introdução das normas de direitos de propriedade intelectual, em acesso aberto ou restrito, da proibição de uso por inteligência artificial sem permissão, de forma similar ao que existe para a não monetização;
- a elaboração de uma avaliação alargada das práticas, processos e *standards* de arbitragem científica que resulte num relatório do Parlamento Europeu com recomendações para a reforma da área;
- a criação de um mecanismo que garanta que as bases de dados provenientes de projetos financiados na UE sejam públicas e de acesso universal pelas instituições científicas;
- o acompanhamento e escrutínio das parcerias pós-*Brexit* entre o Reino Unido e a União Europeia nos campos da ciência e investigação, como é o caso do mecanismo de financiamento *Horizon Europe*, de forma a garantir a equidade e justiça no acesso a financiamento por parte das instituições e unidades de investigação da UE;
- estabilizar o investimento em concursos europeus, em linha com a inflação, criando condições para que as carreiras de investigação científica sejam menos precárias e mais sustentáveis;
- a criação de um programa específico para projetos de Comunicação de Ciência e de promoção da Literacia Científica junto dos cidadãos, cidadãs e pessoas residentes na UE, de modo a atrair mais pessoas para a ciência e para captar mais investimento;
- promover a *Slow Science*, uma cultura de trabalho de fazer ciência que retire o foco da quantidade de publicações por ano ou da velocidade com que se apresentam resultados da produção científica, pondo o foco na qualidade e credibilidade dos mesmos resultados e nas condições de trabalho dos seus autores;
- fomentar a criação e divulgação de bibliotecas e de redes de bibliotecas europeias.

3. Defender o Ensino Superior de qualidade, cooperante e justo

O Ensino Superior é um dos principais motores de desenvolvimento da economia de conhecimento. Assim, sobretudo para os países com menores índices económicos, o investimento no Ensino Superior é fundamental para a prosperidade económica e social dos Estados-Membros. No sentido de potenciar a sua qualidade e justiça, propomos:

- a uniformização, ao nível da União Europeia, da organização não-binária do Ensino Superior, integrando o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico num sistema único;
- a consolidação da grelha de equivalências e desburocratização do processo para todas as instituições de Ensino Superior da União Europeia;
- a fixação dos tetos máximos aplicados às propinas pagas por estudantes dos Estados-Membros em instituições de Ensino Superior da UE;
- a criação de linhas de financiamento estáveis e regulares para instituições de investigação e desenvolvimento sediadas em instituições de Ensino Superior da União Europeia;
- a remuneração digna do trabalho letivo prestado por investigadores, investigadoras e estudantes de Doutoramento com contratos precários, por parte das instituições de Ensino Superior;
- a unificação da legislação europeia sobre patentes, a aplicar em todos os Estados que integram o mercado comum;
- o aumento, financiamento e amplificação das redes de produção e disseminação científica, através de concursos internacionais a projetos que visem a resolução de problemas sociais, ambientais e globais, aprofundando, por exemplo, a relação entre a União Europeia e a Agência Espacial Europeia (ESA) ou o CERN;
- o fomento de linhas de financiamento de avaliação rápida para investigadores e investigadoras que pretendam participar em conferências científicas mas não tenham possibilidades para tal;
- o reforço de programas de intercâmbio de docentes entre instituições de Ensino Superior da União Europeia na forma de *visiting scholars*;
- a realização de uma avaliação conjunta, ao nível de todos os Estados-Membros da União Europeia, do impacto do processo de Bolonha no Ensino Superior, tendo em conta as especificidades das fórmulas de cada Estado-Membro para a sua implementação.

4. Criar a rede europeia de alojamento estudantil

Propomos criar uma rede europeia de alojamento estudantil, acessível a todos os estudantes europeus a partir de uma plataforma digital única. As entidades públicas gestoras das residências universitárias de cada Estado-Membro devem disponibilizar uma quota dos seus alojamentos para a rede que é gerida no âmbito do programa Erasmus+, e

que deve ainda acolher estudantes, investigadores e investigadoras em mobilidade ao abrigo de outras circunstâncias académicas e laborais.

Esta rede de alojamento estudantil deve estar associada a uma linha de financiamento e outra de empréstimo europeu, especificamente dirigida ao aumento do alojamento estudantil nos países que diagnostiquem valores reduzidos ou abaixo da média nas redes públicas de residências universitárias. A rede será composta por alojamentos nas várias cidades europeias que acolhem estudantes Erasmus+, dando prioridade àqueles com maior vulnerabilidade socioeconómica. Deve prever-se, desde o início, a monitorização do funcionamento da rede, de forma a avaliar a necessidade de alargar a frações privadas a custos acessíveis a bolsa de alojamentos estudantis.

N. Habitação

A habitação é um direito de que dependem todos os outros Direitos Humanos e constitucionais. Não existe saúde, educação, justiça, participação cívica ou política sem uma habitação digna. Na última década, a habitação tornou-se um bem transacionável e financeiro e perdeu a sua função social, a de ser uma casa para residência permanente de pessoas integradas num contexto urbano ou rural.

O acesso à habitação tornou-se um problema cada vez mais abrangente e difícil de resolver nos vários Estados europeus e a União Europeia tem um papel importante de promoção de políticas públicas de habitação, boas práticas municipais e regionais e criação de linhas de financiamento e condições de empréstimo que permitam a sua execução. O relatório dos Verdes Europeus “Habitação acessível e digna para todos”, realizado no último mandato, foi um primeiro passo para alargar a perspetiva das instituições europeias sobre o assunto, e iremos continuar esse trabalho.

1. Garantir habitação acessível e digna para todas as pessoas

Propomos a criação de um plano europeu para garantir habitação acessível e digna para todas as pessoas. Este plano permitirá suportar o investimento necessário no parque habitacional público após o investimento excecional do Plano de Recuperação e Resiliência e destina-se a:

- investimento na reabilitação e construção de habitação pública nas regiões europeias com valores de parque público abaixo da média europeia;
- obras de conservação de edificado público existente com vista à sua manutenção, melhoria das condições de vida e desempenho energético dos edifícios;
- obras de qualificação urbanística da habitação pública, de forma a integrar o parque habitacional disperso ou por cerzir nas malhas urbanas;
- obras de supressão de carências habitacionais básicas ou de saúde pública, como acesso a saneamento básico ou a presença de elementos construtivos com amianto em casa própria;
- alargamento das linhas de financiamento do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) via Banco Europeu de Investimento (BEI) para a reabilitação ou construção de edifícios destinados à habitação acessível.

2. Regular o alojamento local

Introduzir limitações ao financiamento europeu de projetos turísticos e de alojamento local em áreas de elevada pressão turística, contribuindo assim para uma regulação territorial dos índices do alojamento local nas cidades e paisagens europeias.

3. Melhorar o desempenho ambiental de edifícios existentes

No âmbito do Novo Pacto Verde, importa reforçar a reabilitação e conservação do património edificado, melhorando o desempenho ambiental de edifícios existentes, contribuindo para o combate à pobreza energética e garantindo a melhoria das condições de habitabilidade e da segurança sísmica dos imóveis existentes, ao:

- reforçar linhas de financiamento para melhoria construtiva do edificado público e privado existente, a fim de melhorar o comportamento térmico e acústico dos edifícios e eficiência energética construtiva e infraestrutural;
- incluir financiamento de propriedade horizontal e com condomínio constituído, uma vez que a maioria da população vive em edifícios coletivos nos grandes centros urbanos;
- apoiar a melhoria da Rede Pública de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais que contemple quer o levantamento nacional das necessidades de ligação à rede pública de abastecimento de água ou de saneamento de águas residuais (para identificar assimetrias regionais, áreas de intervenção prioritárias e estimar custos de ligação), quer a criação de apoio financeiro à ligação à rede pública de abastecimento de água ou de saneamento de águas residuais, direcionado a particulares detentores de casa própria sem acesso;
- apoiar a promoção da reutilização e reciclagem de “águas cinzentas” para usos não-potáveis, atualizando a legislação e o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.
- promover o desenvolvimento sustentável e a transição ecológica no projeto de arquitetura e na indústria da construção, preconizando soluções construtivas no âmbito da economia circular, da aplicação de biomateriais e desenho com base na ecoeficiência.

4. Investir no cooperativismo habitacional

Defendemos o cooperativismo habitacional como uma das áreas mais eficientes, a médio e longo prazos, para solucionar a crise habitacional em que vivemos. O cooperativismo habitacional tem uma dinâmica renovada ainda que continue em perda numérica das organizações existentes. Devem ser estabelecidas metas específicas para o desenvolvimento do cooperativismo habitacional na Europa e devemos investir no desenvolvimento e capacitação técnica das organizações do sector.

O. Saúde

Ainda que não se trate de uma competência específica da União Europeia, durante a pandemia da COVID-19 a Saúde revelou-se uma área de intervenção relevante na esfera europeia. Defendemos uma mudança de paradigma na abordagem à Saúde que a favoreça em todas as políticas, o trabalho em rede na organização dos serviços públicos e a promoção da saúde, ao invés de uma saúde maioritariamente centrada no tratamento da doença. Defendemos a coordenação da promoção da saúde entre Estados-Membros, numa visão alargada das políticas públicas de saúde.

1. Reforçar a Cobertura Universal dos Serviços de Saúde

Em 2022, foi anunciado que a União Europeia iria investir um montante adicional de 125 milhões de euros para reforçar os sistemas de saúde, em especial para o alargamento da cobertura universal de saúde. Contudo, este investimento revela-se ainda escasso face às necessidades em cuidados de saúde de cidadãos, cidadãs e pessoas residentes nos Estados-Membros. Por isso, propomos:

- a equalização do modelo de financiamento entre as diferentes fontes de contribuição;
- o aumento do investimento por habitante;
- o redesenho da regionalização dos serviços de saúde entre os diferentes níveis de atendimento, priorizando o fortalecimento dos Cuidados de Saúde Primários.

2. Reforçar e quebrar preconceitos acerca da saúde mental

A saúde mental ainda é uma dimensão desvalorizada do bem-estar humano, pessoal e coletivo. A maioria da população vive exposta a vários riscos psicossociais e a novos desafios como a pressão das redes sociais, a crise climática ou a precariedade laboral. Nesse sentido, propomos:

- a realização de mais estudos, a nível europeu, acerca da prevalência e fatores de risco para a eco-ansiedade em adolescentes e pessoas jovens adultas;
- a criação de mecanismos de controlo do acesso, nas redes sociais, a conteúdos potencialmente danosos para a saúde mental das pessoas jovens;

- a aposta na sectorização / Saúde Mental e Psiquiatria de sector, a nível europeu, de modo a garantir uma prestação de cuidados de saúde mental de proximidade;
- o reforço da contratação de recursos humanos, sobretudo não-médicos (psicólogos, enfermeiros especialistas em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, entre outros), de modo a garantir uma prestação de cuidados de saúde mental transdisciplinar;
- o investimento em áreas estratégicas (saúde mental nas escolas, nos locais de trabalho ou nos estabelecimentos prisionais), de modo a que os cuidados de saúde mental se tornem mais acessíveis a todos e mais virados para uma lógica de promoção da saúde e prevenção da doença.

3. Reforçar uma ação coordenada na saúde pública

Tal como ocorreu durante a pandemia da COVID-19, existe a possibilidade de, no futuro, surgirem novos eventos de saúde pública (como epidemias ou pandemias) que possam condicionar a saúde pública da população. De modo a dar resposta a este tipo de situações, desejamos a preparação para eventos de saúde pública de grande impacto, através:

- da constituição de uma unidade articulada a nível europeu de proteção da saúde pública dos residentes, visando uma ampla monitorização da saúde;
- da realização de investigação conjunta e concertada a nível europeu, no sentido de identificar riscos atuais e/ou futuros e agir de forma preventiva face aos mesmos.

4. Promover a inovação e a ciência em saúde, visando a equidade e o combate à discriminação

Os Estados-Membros da União Europeia encontram-se em estádios muito diferentes no que concerne ao seu investimento em inovação ligada à saúde. É por isso necessária:

- a criação de oportunidades de financiamento prioritárias para a investigação em saúde e inovação nos Estados-Membros que apresentem, tendencialmente, maiores carências socioeconómicas;
- a mentoria de projetos de investigação e inovação em saúde por parte de Estados-Membros mais desenvolvidos sob o ponto de vista socioeconómico, que integrem igualmente (e mandatoriamente) aqueles com menores recursos;

- uma partilha de conhecimento mais próxima entre os Estados, incluindo dos recursos gerados pela investigação em saúde, de modo a potenciar uma maior equidade na qualidade dos serviços de saúde dos diferentes Estados-Membros da UE.

5. Aprofundar os registos clínicos partilhados e a interoperabilidade entre sistemas de saúde

A informação gerada no âmbito dos cuidados de saúde é ainda deficitária e pouco comparável entre os diferentes Estados-Membros da União Europeia, devido à reduzida interoperabilidade entre os sistemas de informação em uso nos sistemas de saúde.

Sugerimos:

- a criação de sistemas de informação em saúde com garantia de interoperabilidade e acesso à informação (no respeito pela proteção de dados) por parte de todos os Estados-Membros;
- a uniformização das taxonomias e sistemas de classificação utilizados a nível europeu, de modo a aumentar a comparabilidade dos dados gerados nos sistemas de saúde dos Estados-Membros.

6. Simplificar os processos relativos ao Cartão Europeu de Seguro de Doença

O Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD) trata-se de uma ferramenta essencial para os residentes na União Europeia e que circulam entre os Estados-Membros. De modo a simplificar os processos relativamente ao mesmo:

- o CESD deve existir em formato digital, sem necessidade de recurso ao formato físico;
- a renovação do CESD deve ser automática e o documento deve apresentar uma maior validade.

7. Melhorar a Política Europeia do Medicamento

No domínio da Política Europeia do Medicamento, visa-se uma regulação europeia do medicamento que substitua as políticas de regulação nacionais, insuficientes para lidar com a dimensão dos grandes laboratórios transnacionais. Assim, propomos:

- o controlo dos preços finais dos medicamentos mais caros para os utentes e sistemas de saúde;
- o incentivo aos laboratórios a fornecer os medicamentos de acordo com as necessidades em cada Estado-Membro, e não numa lógica de rateio com base no mercado;
- o incentivo a que os cidadãos, cidadãs e pessoas residentes na União Europeia beneficiem, em disponibilidades adicionais de medicamentos ou menores custos, de medicamentos desenvolvidos com apoios dos Estados e União Europeia (apoios financeiros ou em meios à investigação).

8. Valorizar uma alimentação completa e diversificada

Atendendo a que a alimentação pode contribuir para diversos problemas de saúde, e que esta tende a apresentar-se pior do que seria desejável nos Estados-Membros da União Europeia, é essencial:

- estimular a alimentação completa e diversificada através de, por exemplo, campanhas de saúde pública e incentivos fiscais;
- a realização de campanhas alargadas de combate à malnutrição.

9. Descriminalizar o consumo de drogas

A União Europeia deve liderar o caminho para uma política sensata e racional sobre drogas. Por um lado, existe o grave problema de haver diferentes enquadramentos legais nos Estados-Membros: uns criminalizam o consumo de drogas; outros, como o de Portugal, implementaram políticas de sucesso. Por outro lado, e nos casos em que o consumo de drogas foi já descriminalizado, continuam a existir incongruências. Por exemplo, a *cannabis* é descriminalizada mas o seu consumo é ilegal. Assim, propomos:

- a descriminalização do consumo de todas as drogas - naturais ou sintéticas, leves ou pesadas - e a mudança de paradigma no espaço europeu para que se garantam os cuidados médicos necessários e as condições de higiene e segurança associadas ao seu consumo, numa ótica de incentivo ao desuso, ao invés de ostracizar as pessoas consumidoras de drogas e criminalizar essa ação;
- legalizar e regulamentar o consumo e a venda de *cannabis*, incluindo para uso recreativo, com a obrigatoriedade de etiquetagem informativa, de informação sobre

os riscos e com a venda restrita a pessoas adultas. Aliado a isto, a criação de um programa público de informação sobre o uso de *cannabis*, para um consumo responsável e consciente numa perspetiva de redução de risco.

10. Criar o Estatuto Europeu de Doente Crónico

Cerca de um terço da população europeia tem, pelo menos, uma doença crónica e a prevalência é maior nos adultos com menores rendimentos (dados da OCDE, 2021). Defendemos a criação de um Estatuto Europeu de Doente Crónico, com uma definição clara do que é uma doença crónica e que garanta:

- o acesso gratuito e célere a medicamentos inovadores e não só, que façam a diferença na qualidade de vida dos doentes, nomeadamente através de acordos europeus de aquisição e distribuição (por exemplo, há países onde as bombas de insulina inteligentes já existem e há muito são disponibilizadas);
- o acesso à dedução em impostos e taxas decorrentes de penalizações que são atribuídas pela sua condição (por exemplo, em seguros de vida associados ao crédito-habitação);
- o enquadramento de situações específicas onde pessoas com doença crónica veem salvaguardados direitos fundamentais à sua sobrevivência, como através de bolsas de medicação.

Este estatuto deve ser harmonizado entre Estados-Membros, partindo dos estatutos nacionais quando já existam, num processo envolvendo associações representantes de doentes e profissionais de saúde. A sua atribuição deve corresponder, em qualquer Estado-Membro, à concessão dos mesmos apoios e acomodações que no país emissor, tendo em conta as especificidades de cada sistema de saúde, de segurança social e outros intervenientes relevantes na vida de uma pessoa com doença crónica.

11. Proteger as cadeias de produção de fármacos e dispositivos médicos

Queremos garantir o acesso a fármacos e dispositivos médicos para todas as pessoas na União Europeia, promovendo a resiliência das cadeias de produção e distribuição de que estes dependem face a choques externos. Para isso, e partindo da recém-criada *Critical Medicines Alliance*, propomos:

- conceder o mandato à Agência Europeia do Medicamento para estabelecer, junto de titulares de autorização de introdução no mercado de produtos terapêuticos para os quais uma quebra de inventário seja considerada crítica, valores mínimos de produção em solo europeu de todos os produtos envolvidos na sua cadeia de produção.

12. Proteger os sistemas de saúde das práticas oligopolistas da indústria

A UE deve reforçar a regulação das indústrias da saúde, impedindo a cartelização e promovendo negociações de aquisição de serviços ou produtos de forma centralizada, aprendendo as lições do processo de vacinação contra a COVID-19.

P. Arte e Cultura

A cultura é uma herança que partilhamos, uma língua comum que adquire uma dimensão crucial nas nossas vidas coletivas. A arte e a cultura são alegria, qualidade de vida, imaginação, comunidade; mas são também promotoras de criatividade, experimentação, investigação e inovação.

Reconhecemos e abraçamos o papel fundamental que a cultura e os profissionais do sector têm nas nossas vidas, central no futuro que queremos para a Europa. A cultura pode ser a base de um modelo de desenvolvimento sustentável, assente numa economia de conhecimento e de descarbonização.

Aspiramos à expansão das atuais competências da União Europeia neste domínio, com a inclusão, a descolonização e a construção de uma Europa feminista como prioridades. A cultura deve ser um pilar da democracia europeia, através de políticas promotoras da autonomia das pessoas europeias e da sua capacidade de organização e associação. Os artistas e profissionais do sector cultural devem ser livres e encorajados a exercer o seu conhecimento e arte no espaço europeu, através de medidas que os valorizem e desenvolvam as suas comunidades.

1. Proteger o Património Cultural e Artístico

A privatização da arte e do sector cultural na Europa tem sido uma constante nas últimas décadas. Enquanto as instituições culturais europeias perdem apoios e são subfinanciadas, colecionadores e fundos privados acumulam a riqueza cultural que deve ser partilhada. Além de resistir a esses esforços de privatização, apoiamos a classificação de todos os locais históricos da Europa como domínio público, assim consagrando a propriedade coletiva de património arquitetónico, obras de arte e outros bens culturais comuns. Defendemos novos financiamentos da UE para reforçar os investimentos dos Estados-Membros nas suas instituições culturais – de museus históricos a centros de arte comunitários.

É também importante apoiar a criação de plataformas de difusão da arte europeia. É essencial vencer a distância, a desigualdade e o desconhecimento dentro da União, dando informação sobre a arte europeia em tempo real.

2. Valorizar os artistas e trabalhadores da cultura

Queremos acabar com a exploração no sector cultural, uma realidade que qualquer profissional da área tão bem conhece. Através da criação de um Estatuto Europeu do Artista e Trabalhador da Cultura, queremos um enquadramento comum e transnacional que os proteja e valorize. Os artistas e profissionais da Cultura devem encontrar na Europa um sector laboral mais uniforme, com condições de trabalho dignas e normas comuns aos vários Estados-Membros. Esta valorização passa também pelos direitos de autor e conexos, para que autores, intérpretes e executantes recebam uma remuneração justa face aos grandes lucros da sua indústria e das plataformas de difusão.

3. Descolonizar a cultura

Somos pela descolonização da cultura europeia. Dizemo-lo sabendo que esta é uma conversa difícil, mas necessária.

Em articulação conjunta das coleções presentes nos Estados-Membros, promovemos que se estabeleça a origem e o histórico de circulação das peças, obras, objetos e património trazidos das ex-colónias. Apoiamos também a listagem de todas as obras e artefatos que estão na posse de museus e arquivos Europeus, juntamente com bolsas de investigação específicas para o seu estudo. Defendemos que essas obras e património possam depois ser restituídos ou reclamados pelos Estados e comunidades de origem. Nos casos em que permaneçam na Europa, acreditamos que devem ser reenquadradas segundo a sua herança colonial. Além disso, as ex-colónias devem ser chamadas a este diálogo, com uma representação curatorial em iniciativas que reflitam sobre a história da colonização europeia.

É uma conversa que a Europa já começou de forma tímida, mas precisa de intensificar. Como partido de diálogo, estamos prontos para a ter.

4. Trazer uma nova criatividade à Europa

Queremos cultivar a alma da Europa, apoiando os projetos culturais comunitários que a compõem. Propomos uma expansão do financiamento e renovação do programa Europa Criativa, que torne mais fácil apoiar projetos comunitários de pequena dimensão e que faça deste um programa menos burocrático e mais interdisciplinar (ligado à educação, saúde e investigação). Queremos um aumento do número de bolsas atribuídas a artistas em toda a UE, bem como um novo fundo dedicado aos jovens e à sua formação artística. E,

sobretudo, estimular iniciativas como a Nova Bauhaus Europeia (*New European Bauhaus*), que enchem de vida o *Green Deal* europeu através da criatividade.

5. Expandir o acesso às artes

As instituições culturais europeias têm de ser acessíveis a todos. Por isso, propomos um modelo Europeu para a gestão e o acesso democrático às instituições culturais dos Estados-Membros. Queremos um acesso universal às instituições e aos programas financiados pelos fundos europeus; um acesso livre de barreiras económicas e sociais; um acesso democrático, que inclua as comunidades na definição das missões e dos programas das instituições; um acesso mais igualitário e representativo, em particular na gestão e na aplicação dos recursos do sector. Este acesso não se deve restringir à entrada nas instituições, mas também preferencialmente incluir a participação na sua gestão e escolha dos programas.

6. Criar a Emissora Pública Europeia

Somos a favor da criação da Emissora Pública Europeia independente, que desenvolva uma cultura comum europeia através da tradução e difusão de conteúdos nacionais para um público europeu. Com um jornalismo livre e dedicado a assuntos europeus, qualquer pessoa na UE terá acesso a informação europeia isenta e independente em qualquer Estado-Membro.

7. Proteger o jornalismo na Europa

O espaço europeu precisa de um jornalismo forte, dinâmico e independente. Para que isso aconteça, os jornalistas e os *media* precisam de tempo e meios para informar, sem estarem sujeitos a pressões externas, financiamentos obscuros ou campanhas de desinformação.

Por isso, propomos um Fundo Europeu para os Media Públicos que apoie projetos a nível local, regional ou nacional. Este Fundo serve para financiar conteúdos que promovam uma visão democrática e pluralista, reforçando o jornalismo de investigação e a estratégia Europeia contra a desinformação. Apoiamos novas formas de financiamento dos *media* à escala europeia, nomeadamente com base nos lucros das plataformas de *streaming*.

E numa Europa que se quer livre, plural e informada, defenderemos sempre o jornalismo de investigação e as suas fontes jornalísticas, na senda do *Media Freedom Act*. Opomo-nos aos monopólios nos órgãos de comunicação social e trabalharemos para que a

transparência dos negócios europeus neste sector seja uma obrigação com critérios comuns à escala Europeia.

8. Defender políticas de memória

A defesa de políticas de memória, associadas a uma articulação com a atividade governamental em cada um dos Estados, é necessária para impedir fenómenos de esquecimento coletivo que têm favorecido a emergência do racismo, da xenofobia, do branqueamento das experiências totalitárias e de formas de neocolonialismo. O «dever de memória» destinado a combater a repetição de episódios dramáticos do passado coletivo, de que falava Primo Levi, impõe o combate contra um presente cego, determinando a necessidade de construir de forma sustentada modos de observação crítica do passado, apoiando, ao mesmo tempo, as organizações e instituições que já o fazem ou estimulando a criação de novas.

9. Defender a cultura nas relações externas

A cultura é essencial na cooperação internacional e no desenvolvimento sustentável. Trabalhamos para uma mobilidade facilitada de artistas e obras dentro do espaço europeu, mas também fora dele, em processos de cocriação cultural que contribuam para o desenvolvimento de laços entre os povos. Acreditamos na diplomacia cultural, nas relações culturais e na mudança através da arte e da cultura. Por isso, queremos que esta seja também uma das muitas heranças culturais da Europa.

10. A cultura como prioridade na Agenda Estratégica da UE

Queremos consagrar o investimento na cultura, na arte e no nosso património cultural na Agenda Estratégica da UE 2024-2029.

11. Incluir a cultura como um direito universal

Defendemos a cultura como um direito universal. Lutaremos junto da UE para que, no quadro das Nações Unidas, se inclua o direito universal à criação e fruição cultural e artística como uma dimensão estruturante e autónoma, nas negociações para o texto que irá substituir a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Q. Soberania Digital

Acreditamos numa Europa tecnologicamente soberana, onde os europeus tomam decisões sobre os seus dados, plataformas e inovação. Os nossos dados devem pertencer-nos, as nossas conversas privadas devem permanecer privadas e as inovações financiadas publicamente devem pertencer ao público. Pretendemos colocar o poder da tecnologia ao serviço das pessoas.

1. Garantir o direito à Internet livre e universal

Introduziremos legislação que consagre o direito à Internet livre e sem censura. Para concretizar o acesso universal à Internet, a legislação atribuirá aos Estados-Membros a responsabilidade de desenvolver e expandir a sua infraestrutura digital. Para garantir que todas as pessoas têm a capacidade de navegar na Internet, colocaremos de novo em prática o “Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida” da UE para desenvolver a literacia digital e a capacidade digital em toda a Europa.

Garantiremos o cumprimento da neutralidade da rede de acordo com o Regulamento 2015/2120, colocando nos fornecedores de serviço de acesso à Internet em toda a UE o ónus de demonstrar que tratam toda a transmissão de dados nas suas redes de forma igual no que concerne à velocidade, latência e preço, independentemente da fonte, protocolo ou aplicação a que os dados são destinados.

2. Proteger contra práticas abusivas ajudadas por tecnologia

Aboliremos, a nível comunitário, as práticas de manipulação de consumidores em compras na Internet conhecidas como *junk fees*, obrigando à apresentação da totalidade dos preços num processo de compra. Assim, queremos proibir a publicitação de preços parciais quando não é possível evitar taxas adicionais e impedir a cobrança adicional de custos de operação quando é facultada ao consumidor uma alternativa que reduza a saliência da transação, para além do já consagrado no Regulamento 2024/886 sobre pagamentos bancários (por exemplo, pagamentos recorrentes ou por débito direto). Este segundo ponto pretende combater uma prática fraudulenta, cujo objetivo é diminuir a probabilidade do consumidor ativamente reconsiderar a sua compra.

Preveniremos a discriminação algorítmica de vencimentos, nomeadamente nas plataformas de falso trabalho independente. Em todos os Estados-Membros, as empresas que gerem essas plataformas devem apresentar aos trabalhadores um método de cálculo escrutinável dos valores pagos, impedindo alterações rápidas e arbitrárias da remuneração por trabalho igual, com base em fatores hipergranulares como localização, comportamento individual ou previsão de procura e oferta.

3. Proteger os direitos de cibersegurança

Acreditamos que a todas as pessoas devem ser concedidos direitos de segurança cibernética que as protejam da vigilância do Estado ou de empresas, assim como da comodificação e comercialização dos seus dados privados. Acreditamos que os cidadãos, cidadãs e pessoas residentes têm o direito de saber quem recolhe os seus dados, para que fins e com que algoritmos. Exigimos que todos os produtos digitais sejam configurados como privados, por defeito. Restringiremos a venda e o acesso a dados de utilizadores a terceiros sem consentimento explícito. Daremos a todas as pessoas o direito de serem proativamente informadas quando, na navegação em rede, interajam com modelos de aprendizagem automática cujos mecanismos não sejam explicáveis e cujos resultados não dependam de validação humana. Consagraremos o direito à igualdade de tratamento, assegurando que ninguém enfrente discriminação – racial, de género, de preferência política, entre outras – com base em algoritmos digitais.

Os últimos anos destacaram a importância de priorizar a prevenção e fortalecer a UE, para que nenhum sistema crítico possa ficar à mercê de ataques informáticos. Como tal, propomos a implementação de medidas robustas de investimento para analisar e combater as vulnerabilidades possivelmente existentes nas infraestruturas públicas da União Europeia e de todos os seus Estados-Membros no campo da cibersegurança.

4. Trabalhar pela governação livre e normas de acesso aberto

Trabalharemos no sentido de tornar obrigatória a adoção de normas de interoperabilidade pelas plataformas *online* nos diferentes contextos, sejam estes relativos à banca, atividade seguradora, de cariz social e entretenimento ou outros. Estas normas permitirão a interação entre todos os utilizadores e as plataformas de redes sociais sem que estes tenham de facultar os seus dados e permitirão que os utilizadores troquem de plataforma sem perder os dados armazenados. Ao permitir que os utilizadores mudem de plataforma, reduziremos

as barreiras de saída de que as grandes plataformas se servem para exercer controlo monopolista (como efeitos de rede) e encorajaremos novas iniciativas digitais, tanto públicas como privadas. Para tal, queremos que sejam criadas instituições de desenvolvimento de *software* livre e aberto em cada Estado-Membro, de modo a que estes possam colaborar para a soberania tecnológica europeia.

As autoridades públicas devem eliminar as suas práticas pré-digitais, que impedem o público de supervisionar as suas atividades. Para isso, é necessário que o Parlamento Europeu seja capaz de legislar no sentido de implementar a divulgação proativa das atividades executadas por órgãos públicos e/ou com financiamento público, incluindo também os dados de domínio público respetivos. Defendemos a transição progressiva para *software* livre e de código aberto em todos os níveis das instituições da UE e em instituições financiadas com recursos públicos, desenvolvidos e mantidos por equipas internalizadas nos serviços da UE quando se trate de aplicações específicas e de uso não-universal. Queremos estruturar todos os registos que estão disponíveis ao público num banco de dados *online* aberto. A tecnologia pode e deve ser um veículo de transparência.

5. Implementar a Rede de Dados Europeia autónoma

A atual estrutura da Internet é demasiado centralizada. Grande parte da *nuvem* que armazena e gere os nossos dados é de propriedade privada e estruturada de uma forma que permite o aproveitamento comercial de informação pessoal, bem como vigilância estatal não declarada. Propomos uma nova Rede Autónoma de Dados Europeia (RADE): uma rede de dispositivos descentralizada, anónima e encriptada que proteja os nossos dados e impeça a vigilância massiva das pessoas. Todos os serviços de interesse público devem ser baseados na RADE e todas as pessoas devem receber uma Identidade Cidadã Digital, que lhes permita aceder a *sites* do governo de forma certificada e participar em fóruns públicos com a opção de salvaguarda da identidade para o exterior.

6. Construir bens digitais comuns

O controlo corporativo de patentes e direitos de autor limita a inovação e impede a liberdade de expressão. Construiremos os bens digitais comuns restringindo o poder dos direitos de autor. Propomos:

- que todo o código desenvolvido com dinheiro público fique no domínio público;
- expandir a cláusula de “Uso Justo” em todas as leis de direitos de autor;

- reverter o ónus da prova para que os bens sejam considerados bens digitais comuns, excepto se se provar estarem protegidos por direitos de autor;
- rever a Diretiva de Direitos de Autor da UE para reequilibrar os direitos dos utilizadores, criadores e inovadores.

7. Democratizar a investigação e a inovação

O programa *Horizonte Europa* investe anualmente milhares de milhões de euros em investigação e inovação. No entanto, cidadãos, cidadãs e pessoas residentes não têm como dar a sua opinião direta quanto à alocação desses fundos e o controlo sobre os produtos ou as patentes que resultam desse incentivo económico continua a ser a exceção. Iremos dar mais voz às pessoas sobre este programa:

- atribuindo mais recursos aos projetos cooperativos e às organizações da sociedade civil de cariz social;
- propondo uma linha piloto de financiamento que responda a prioridades identificadas pelos cidadãos, cidadãs e pessoas residentes;
- instituindo direitos de propriedade coletivos para os produtos resultantes do investimento público;
- incentivando as inovações aberta e colaborativa entre empresas, academia e sector público para desenvolver soluções de Inteligência Artificial (IA) que atendam às necessidades da sociedade e promovam o interesse público;
- acompanhando e avaliando o impacto social e económico da IA nas comunidades e desenvolver mecanismos de deteção de vieses, evitando a discriminação gerada pelo algorítmico e garantindo a representação equitativa de todas as pessoas;
- investindo na educação de profissionais do sector público, de forma a garantir as competências necessárias para desenvolver e utilizar os vários domínios tecnológicos de forma ética e responsável. Acreditamos que o dinheiro público deve gerar conhecimento público, propriedade pública e riqueza comum.

O mesmo princípio se aplica ao desenvolvimento da IA. A UE deve garantir o escrutínio da regulação em vigor, bem como incentivar a atualização contínua da mesma.

Para além disso, rejeitamos a associação tendencial da definição de inovação presente no programa *Horizonte Europa* e nas políticas industriais da União Europeia com o desenvolvimento de bens e serviços para o mercado.

R. Comércio Internacional

A política de comércio internacional da UE permite o estabelecimento de regras e normas a nível mundial que revelam os nossos valores no respeito pelo direito internacional, Direitos Humanos, critérios ambientais e de protecção dos ecossistemas, e ambições climáticas. Acordos comerciais não devem nem podem perturbar ou debilitar os ambientes ou Direitos Humanos dos países com os quais a UE faz comércio, nomeadamente os direitos dos povos indígenas. O comércio dito livre tem de ser acima de tudo justo, sendo combinado com medidas que limitem subsídios danosos para o ambiente, respeitando sempre os compromissos internacionais estabelecidos pelo Acordo de Paris, bem como pelas diversas convenções das Nações Unidas subscritas pelos Estados-Membros da União Europeia.

Novos acordos de comércio devem pugnar pela garantia do respeito pelos Direitos Humanos e dos princípios do comércio justo, nomeadamente na produção, consumo e comércio.

Defendemos a promoção de políticas que promovam salários justos, que eliminem o trabalho forçado e infantil, que fomentem a igualdade de género, que reduzam o uso de pesticidas em países terceiros - bem como de outras más práticas de produção intensiva, extrativismo e destruição direta de ecossistemas primários - e que ajudem empresas a adotar práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, queremos terminar o estabelecimento de sistemas de justiça privada (ou outros semelhantes) que sobrepõem os interesses das empresas multinacionais ao interesse público. Sistemas deste tipo tornaram-se cada vez mais comuns no processo de hiperglobalização neoliberal, com consequências perversas para o ambiente, para a coesão social e para a própria democracia.

Queremos pôr fim à impunidade empresarial que resulta da forma como empresas multinacionais jogam com as diferentes jurisdições para evitar pagar indemnizações associadas a violações graves dos Direitos Humanos. A legislação europeia nesta matéria ainda é insuficiente e urge reforçá-la na UE. Além disso, urge ainda participar de forma empenhada a nível europeu na criação de um Tratado Vinculativo sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos na ONU.

Queremos que a política de comércio seja posta ao serviço da população, sempre com o imperativo da sustentabilidade ambiental, social e política.

1. Garantir que o comércio é justo e respeita os Direitos Humanos e o Acordo de Paris

Acreditamos que o comércio justo – e não apenas o comércio livre – deve ser a base da política comercial da UE.

Vamos lutar contra o *dumping* social e ambiental nos países em desenvolvimento. Isto é, lutar contra as vantagens competitivas que surjam em resultado do deslocamento da indústria e sistemas de produção para países com afrouxamento das proteções sociais e ambientais. Estas mudanças provocam a deslocalização da indústria e do sistema produtivo precisamente para onde está pior regulado, o que por sua vez torna mais difícil a sua implementação e fiscalização. Durante qualquer negociação, defenderemos os mais elevados padrões de proteção do meio ambiente, dos Direitos Humanos, da saúde pública, dos direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos, do bem-estar animal e dos direitos do consumidor.

Defendemos a inclusão de uma cláusula de não-retrocesso em matéria de Direitos Humanos, para assegurar que o nosso comércio é predicado por valores partilhados. Apoiamos ainda a inclusão expressa de uma cláusula, como foi feito no Acordo de Samoa, de respeito e promoção da igualdade de género e a sua incorporação em constituições nacionais ou legislação relevante. Teremos em conta os direitos dos povos indígenas e as suas reivindicações em qualquer novo acordo comercial. Lutaremos também para acabar com acordos comerciais que ameacem os padrões elevados de regulação da atividade económica e dos Direitos Humanos. Os acordos comerciais devem também ter em consideração a necessidade de proteger o pequeno comércio de eventual competição desleal por parte das empresas multinacionais.

Todo o comércio internacional que não respeita os limites planetários é comércio que coloca em perigo a vida humana, os ecossistemas e o respeito pelas regras internacionais que definimos enquanto União Europeia e comunidade internacional para combater as alterações climáticas. Lutaremos pela inclusão expressa de uma cláusula de respeito pelo Acordo de Paris em todos os novos acordos comerciais, assim como a criação de medidas, no contexto dos acordos de comércio, que estabeleçam regras comuns e reforcem o poder de governos locais, respeitando as necessidades locais.

2. Alavancar o Sistema Geral de Preferências no respeito dos Direitos Humanos

O Sistema Geral de Preferências (SGP) é um mecanismo que possibilita a países terceiros beneficiar de tratamento preferencial no comércio com a UE. Por sua vez, o SGP inclui três mecanismos, um deles chamado “Tudo Menos Armas”. Este mecanismo predica qualquer

tratamento preferencial na ratificação e implementação de convenções internacionais, nomeadamente no que diz respeito, entre outros, aos direitos civis e políticos; eliminação do racismo; prevenção e repressão do crime de genocídio; direitos económicos, sociais e culturais; discriminação contra a Mulher; ou trabalho forçado, infantil ou obrigatório. Porém, certos países que beneficiam presentemente deste mecanismo são os mesmos que criminalizam pessoas LGBTQIA+, não tomam medidas suficientes contra a prevenção do trabalho forçado ou não aplicam o princípio da igualdade salarial, entre outros problemas sistémicos.

Em 2020, o estatuto de beneficiário do Camboja foi revogado pela UE devido a preocupações graves e sistémicas em matérias de Direitos Humanos. Defendemos a reforma deste mecanismo de forma a assegurar uma visão mais estrita do respeito por convenções internacionais, colocando o respeito pelos Direitos Humanos acima do benefício comercial.

3. Acabar com os privilégios dos investidores

Rejeitamos todos os mecanismos que criam privilégios especiais para empresas multinacionais. Opomo-nos à Resolução de Conflitos Investidor-Estado (ISDS) e ao Sistema de Tribunais de Investimento, que injustamente dão poderes legais aos investidores internacionais para processar autoridades nacionais e locais, num atentado à soberania das instituições democráticas. Também rejeitamos qualquer tentativa de criar um Tribunal Multilateral de Investimentos. Em vez disso, garantiremos total liberdade regulatória para políticas ambientais e sociais, sem a ameaça de litígios por parte dos investidores internacionais.

4. Lutar por direitos de propriedade intelectual justos

A propriedade intelectual tem um propósito social relevante. Mas com o passar das décadas, o ponto de equilíbrio entre os benefícios e os custos associados foi sendo cada vez menos escolhido com base no interesse público, e cada vez mais pela força hegemónica dos lobistas de grandes empresas multinacionais. Esta situação foi levada ao extremo no contexto da pandemia de COVID-19: apesar de uma elevada proporção do investimento na criação de uma vacina ser público, e apesar do contexto de excecionalidade que exigia uma rápida produção de vacinas, não se procedeu à renúncia dos direitos de propriedade intelectual das vacinas, tendo resultado em lucros extraordinários para a indústria farmacêutica. Acreditamos que o direito à saúde deve estar à frente dos lucros das empresas farmacêuticas e alimentares. Desafiaremos todas as

proteções à propriedade intelectual que interfiram no acesso universal a produtos básicos, como nutrição e medicamentos.

5. Responsabilizar as empresas multinacionais

As empresas multinacionais devem ser responsabilizadas pelas violações de Direitos Humanos que pratiquem. Foi recentemente aprovada alguma legislação europeia com este propósito, mas revela-se insuficiente e pouco consequente. Queremos reforçá-la para que tenha um impacto positivo substancial na Europa e no mundo.

Apoiamos também a ideia de um Tratado Vinculativo da ONU sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos. Apelaremos à ONU que insista num mecanismo que permita que as pessoas afetadas levem as empresas à justiça.

6. Evitar cumplicidade com violações dos Direitos Humanos

O completo desrespeito pelo direito internacional humanitário e pelos Direitos Humanos do povo palestino em Gaza é uma preocupação que já foi endereçada pelo Tribunal Internacional de Justiça. A UE também tem uma responsabilidade: o acordo comercial que vigora com Israel coloca a UE como o principal parceiro comercial de Israel, constituindo 28,8% do seu comércio em 2022.

De acordo com os artigos estipulados no tratado comercial, propomos a revisão deste acordo, de forma a avaliar se Israel está a cumprir com os pré-requisitos do mesmo, nomeadamente no que toca ao respeito pelo direito internacional humanitário e Direitos Humanos. Em particular, deverá garantir-se que a organização do Mundial de Futebol da FIFA em 2030, no território de dois Estados-Membros, não permitirá lavar a imagem de Marrocos no que diz respeito à ocupação do Saara Ocidental, em violação de resoluções da ONU relativas ao direito à autodeterminação do povo saarai.

De igual forma, devem ser reavaliados todos os acordos em que a União Europeia está envolvida, para garantir que os nossos parceiros comerciais estão a cumprir os requisitos no que concerne ao respeito pelo direito internacional humanitário e Direitos Humanos.

7. Repensar a relação comercial com a América do Sul e a América Central

O acordo comercial UE-Mercosul, na sua formulação atual, representa um ataque à biodiversidade, à sustentabilidade ambiental, à coesão social e aos Direitos Humanos. No atual contexto geoestratégico, tendo em conta as incertezas relativas a outros blocos como

os EUA e a China, consideramos que é essencial o reforço substancial da cooperação entre a União Europeia e os países da América do Sul e América Central.

Este imperativo de aprofundamento da cooperação leva-nos a ser favoráveis ao renegociar dos acordos internacionais atualmente propostos (com destaque para o acordo UE-Mercosul), no sentido de garantir o apoio ao desenvolvimento integrado e sustentável dos países nesta região do globo e a conjugação de esforços visando a governação do sistema internacional. Toda esta negociação deve partir dos seguintes pressupostos: democracia e multilateralismo, redução das desigualdades e das modalidades de discriminação, recuperação dos equilíbrios ambientais e poupança de recursos naturais não-renováveis, bem como o reconhecimento e preservação da multiculturalidade.

8. Impor uma cláusula antibranqueamento de capitais em todos os acordos comerciais com países terceiros

O branqueamento de capitais atinge 2,7% do PIB mundial. Este flagelo tem sido tido em conta nos recentes quadros de orientações internacionais, mas as zonas cinzentas ainda são muitas. Nacionalmente, o Banco de Portugal aplicou algumas das regras do BCE, mas os critérios ainda são sobretudo qualitativos (como a definição das operações que podem ser consideradas suspeitas) e não tanto quantitativos, ou seja, ao fixar um valor a partir do qual deve ser comunicada a operação ao Ministério Público. Ao nível das transações bancárias entre os Estados-Membros, as zonas cinzentas são ainda maiores porque não existem normas homogéneas relativamente aos depósitos em contas correntes bancárias; compra de produtos e serviços financeiros, como títulos de capitalização, previdência privada e seguros; aplicações em depósitos a prazo, poupança ou fundos de investimento e compra de bens como imóveis, ouro, pedras preciosas ou obras de arte.

Propomos uma cláusula antibranqueamento de capitais em todos os acordos comerciais com países terceiros, que tenha em consideração medidas qualitativas e quantitativas para a transação de capitais. O não-cumprimento integral desta cláusula levará a sanções e processos-crime perante o BCE e os Ministérios Públicos de cada país.

Somos favoráveis à implementação imediata de auditorias internas sobre o branqueamento de capitais em cada banco, que deve responder perante este crime à sua administração, aos bancos centrais e ao BCE.